

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Moisés Maluco do Bem, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Dr. Thiago, José Freitas, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de Luciano Alabarse, Secretário Municipal de Cultura, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que discorreu sobre a organização do carnaval em Porto Alegre. Após, o Presidente concedeu a palavra a Adeli Sell, Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Moisés Maluco do Bem, Felipe Camozzato, Tarciso Flecha Negra, Sofia Cavedon, Idenir Cecchim, Valter Nagelstein e Cassiá Carpes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon e Dr. Goulart. Na ocasião, foi apregoadado Requerimento de autoria de Moisés Maluco do Bem, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias vinte e dois e vinte e três de fevereiro do corrente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Luciano Alabarse. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e nove minutos às quinze horas e cinquenta e um minutos. Em seguida, nos termos do artigo 94, § 1º, alínea “g”, do Regimento, o Presidente concedeu TEMPO ESPECIAL ao vereador Valter Nagelstein, que relatou sua participação, em Representação Externa deste Legislativo, nos dias quatorze, quinze e dezesseis de fevereiro do corrente, no Encontro Nacional dos Legislativos Municipais, realizado Brasília – DF. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Rodrigo Maroni, Roberto Robaina e Cláudio Janta. Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Idenir Cecchim e Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Melchionna, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni,

Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra e votado Não Comandante Nádia, Matheus Ayres, Mauro Zacher e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi rejeitado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/15 (Processo nº 1760/15), em sua parte vetada, considerando-se mantido o Veto Parcial oposto, por seis votos SIM e vinte e quatro votos NÃO, após ser discutido por Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Valter Nagelstein e encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Mauro Pinheiro, Dr. Thiago, João Carlos Nedel e Comandante Nádia, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Sofia Cavedon e votado Não Airto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi votado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 007/15 (Processo nº 0586/15), com Veto Total oposto, o qual obteve um voto SIM e treze votos NÃO, após ser discutido por Valter Nagelstein e Cassiá Carpes e encaminhado à votação por Idenir Cecchim, Cláudio Janta e Sofia Cavedon, tendo votado Sim Valter Nagelstein e votado Não Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Sofia Cavedon, votação essa declarada nula, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezessete horas e trinta e nove minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 020/16 e 003/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 191, 197, 198, 207 e 267/16 e 031/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 286/16 e o Projeto de Resolução nº 001/17. Durante a Sessão, Valter Nagelstein manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de Lino Zinn, suplente de vereador. Às dezessete horas e quarenta minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje temos o comparecimento do Sr. Luciano Alabarse, Secretário Municipal da Cultura, que abordará o assunto dos desfiles do carnaval de 2017.

O Sr. Luciano Alabarse está com a palavra.

O SR. LUCIANO ALABARSE: Boa tarde a todos. Estou aqui a convite para dar um relato sobre os trabalhos que envolvem a realização dos desfiles do carnaval 2017. Como todos acompanharam, uma das primeiras decisões da Prefeitura, a exemplo de muitas outras prefeituras no Brasil, foi a de retirar o dinheiro público da

realização desse evento por razões econômicas. Ao mesmo tempo em que o nosso Prefeito anunciou essa medida, anunciou uma outra, que era a criação de uma força-tarefa para ajudar a viabilizar a edição de 2017.

Eu estou à frente dessa força-tarefa com outros Secretários da Prefeitura, com a Liga dos Carnavalescos, correndo contra o tempo. Por que correndo contra o tempo? Porque nós temos que fazer o evento com recursos privados. Quem trabalha com captação sabe que é um processo que tem regras e um tempo. Não é fácil. Hoje em dia, no Brasil, a captação obedece a quase a lógica de patrocínios incentivados pelas leis de fomento, a saber: a Lei Federal Rouanet e a LIC – Lei de Incentivo à Cultura, que é nossa lei estadual. Isso posto, o nosso carnaval não foi inscrito nessas leis, em nenhuma das duas possibilidades de incentivo. Então só nos resta a terceira opção, a mais difícil, que é o incentivo privado. Desde o dia 16 de janeiro, essa força-tarefa está trabalhando, visitando empresas, empresários, apresentando o projeto, as possibilidades de parceria. Estamos construindo, na verdade, em um período que também não colabora com essas decisões, que é o período pré-carnavalesco, quando tudo se esvazia, assim como esta semana, que é uma meia semana. Na verdade, a vida normal começará na segunda-feira que vem.

O que eu posso dizer para vocês? Que o carnaval vai sair, essa é a grande notícia que eu trago à Câmara, porque, em conjunto com a Liga, nós conseguimos viabilizar a infraestrutura do Porto Seco, sem a qual seria absolutamente impossível que o desfile acontecesse. Isso aconteceu graças à parceria com a maior empresa do gênero no Brasil, a Impacto – não sei se no Brasil, talvez esteja exagerando, mas do Rio Grande do Sul certamente. O Ricardo, o dono, é um empresário muito bem sucedido, tem-se notabilizado pela parceria com o carnaval, ele mesmo já foi presidente de escola de samba, ele tem uma grande identificação com o segmento, com a festa popular. Ele já passou meio batido pela imprensa, pelos meios de comunicação, mas, na escolha da rainha e da corte do carnaval deste ano, no Porto Seco, toda a infraestrutura – palco, microfones, luz, sonorização – foi viabilizada, via patrocínio, por essa empresa, a Impacto. Para quem foi lá, ou através de fotografias, isso pode ser comprovado, porque está lá a logomarca da empresa como patrocinadora da escolha da corte, que é um momento anterior, tradicional, que antecede o desfile propriamente dito. Há duas semanas, esse mesmo empresário doou à Casa de Cultura Mário Quintana – um equipamento do Estado, não da Prefeitura – mesas de som, equipamentos, lâmpadas, etc., para que o complexo da Mário Quintana não parasse. Esse empresário acordou, pelo seu passado carnavalesco, em diminuir o custo dessa infraestrutura, que comporta as arquibancadas, a sonorização e a iluminação do Porto Seco. Com isso, os carnavalescos garantem que é possível, sim, realizar a edição deste ano.

Alguns me cobram por que não se diz publicamente quem são os patrocinadores. É porque nós estamos ainda em processo. Uma vez eu estava negociando o patrocínio do banco Itaú para o Porto Alegre em Cena e, em uma entrevista, anunciei o Itaú ainda nas tratativas. Recebi um telefonema do pessoal do banco pedindo que eu não anunciasse antes de um contrato assinado. Eu aprendi ali uma coisa fundamental e básica e, desde então, só anuncio quando tudo está devidamente

sacramentado, contratualizado. Existem, sim, possibilidades, e nós vamos conseguir. Não sei quanto ainda, mas algumas empresas já sinalizaram. Na medida em que eles forem assinando esses contratos, eu vou imediatamente publicizar para todos, assim como foi em relação à infraestrutura. Existe apenas essa ética de não anunciar patrocínios – já muito bem encaminhados neste momento – sem cem por cento de certeza, que é o contrato assinado. Todos serão patrocínios diretos. Esses patrocínios não entrarão na Prefeitura, é muito importante dizer isso, entrarão diretamente para a Liga dos Carnavalescos. A bilheteria este ano é totalmente assumida pela Liga, o recurso que vier nessa forma de receita, da bilheteria, é da Liga, ou seja, não há envolvimento do serviço público nesse quesito muito importante, que é vender os ingressos do carnaval, publicizar isso. Há uma rede de farmácias que, através de patrocínio da Liga, vai fazer esse trabalho. Também é importante frisar que não é só a força-tarefa municipal que está fazendo isso, mas também a Liga tem um publicitário designado especificamente para esse fim. Uma rede de televisão vai televisionar o desfile de sábado.

O desfile, este ano, fora de época, a pedido da Liga, foi incluído na Semana de Porto Alegre, que acontece na última semana de março, de 19 a 26 de março. Estou no meio de um trabalho, o trabalho não terminou. A partir da semana que vem, essas respostas se intensificam, e as comunicações também. Poderei, depois do carnaval, voltar aqui e explicitar essa lista com detalhes objetivos. Eu só não estou fazendo isso porque, desde o episódio com o Itaú, que eu comentei, aprendi que é melhor a gente respeitar as partes que estão negociando os patrocinadores. A boa notícia é que vai acontecer o carnaval fora de época de Porto Alegre de 2017, no Porto Seco, o que também foi um pedido dos carnavalescos. Temos conversado muito com eles, há um clima fraterno, um clima cordial, todos entendemos que somente juntos vamos superar esse desafio, porque é um desafio, em tão curto espaço de tempo, viabilizar o carnaval. Esta é a meta: fazer com que, nos dias 23, 24 e 25, o carnaval aconteça nos seus diferentes segmentos e, no dia 26, sejam conhecidos os vencedores.

O tamanho dessa edição estará condicionado exatamente à infraestrutura. Nós já estamos tratando de como será otimizado esse recurso conseguido junto com os engenheiros da Prefeitura, os técnicos dessa grande equipe e os carnavalescos, e essa é a grande notícia. Se eu viesse aqui na quinta-feira passada, eu não poderia anunciar e não teria anunciado essa grande notícia. Por quê? Porque isso foi decidido na sexta-feira, só por isso. Às vezes, as pessoas, numa ansiedade muito grande, querem me arrancar notícias, como se precisasse me arrancar notícias. Ninguém precisa disso. Eu tenho as notícias, eu digo; eu lembro e conto isso: há pouco, um repórter de uma das principais rádios me entrevistava e me perguntava por que não haveria carnaval em Porto Alegre este ano. Na primeira vez, eu respondi que sim, estamos todos construindo, é um trabalho em construção. Não satisfeito, ele me perguntou pela segunda vez por que não haveria carnaval em Porto Alegre. Eu estranhei, pois eu tinha acabado de dizer que nós estávamos trabalhando para fazer acontecer o carnaval. Respondi para ele. Na terceira, porque ele repetiu uma terceira vez a mesma pergunta, eu perguntei: o que o senhor não está entendendo? Eu prezo a minha clareza, eu acho que eu me comunico bem com

palavras, eu faço teatro, a palavra é o centro da minha vida, sempre foi. Eu estava dizendo que nós não estávamos anunciando a não realização, muito pelo contrário, eu estava anunciando que a força tarefa estava empenhadíssima. Hoje posso dizer que vamos ter, sim, o carnaval, é uma parceria muito estreita com a Liga. Eu os recebo todos os dias na Casa Torelly, que é a sede da cultura municipal. Eu já brinco com eles dizendo que eles são meus residentes de tanto que ficam lá. Já nem estranho mais quando estão os presidentes de escolas, blocos, etc. Também, paralelo ao desfile, nós estamos lidando com os blocos de rua. E antes que ele me tire a palavra, porque eu estou controlando o tempo lá no relógio, digo que estou à disposição para qualquer dúvida, esclarecimento ou pergunta que vocês queiram fazer.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do suplente de Vereador do Partido NOVO, o Sr. Lino Lopes Zinn. Seja bem-vindo!

O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, caríssimo Luciano Alabarse, nosso digno Secretário Municipal da Cultura; sua assessoria que está aqui presente; esse tema do carnaval não pode ser tratado da forma como foi tratado por alguns órgãos da imprensa. Quero me solidarizar com o Secretário, porque acho uma irresponsabilidade. Eu, inclusive, escrevi um artigo, “Vai ter carnaval”, porque, independentemente de verba pública, as escolas de samba existem, os blocos estão aí, e há carnaval em salões. Num debate com o Érico, dias atrás, nós já começamos a pensar algumas das coisas que falei ao Secretário há pouco. No ano que vem, que a gente possa fazer um grande tripé: o carnaval das escolas, dos blocos e o carnaval dos salões. Acho que tem de ser um marco. O Érico falava do carnaval do Prata, isso me agradou bastante, essa formulação achei uma ousadia bastante grande, porque a nossa gauchada só pensa o carnaval de Porto Alegre, ou pensa o carnaval de solidariedade internacional, ou seja, uma festa do povo brasileiro, o samba para o mundo.

Por isso nós estamos muito felizes em recebê-lo hoje aqui, Secretário, para que a gente possa evoluir, passo a passo, não apenas para uma política pública, porque tem que ter a iniciativa pública em relação ao carnaval, mas também quero dizer que não dá para confundir carnaval com escola de samba. Não dá para confundir carnaval com o Sambódromo, com o Porto Seco, carnaval é muito mais do que isso. Nós estamos voltando a uma tradição de carnaval de rua, mas com algumas dificuldades. Comentamos, há pouco, entre um grupo de pessoas, falando com o Secretário Luciano, que a infraestrutura, muitas vezes, na rua, é precária. A gente não tem uma dimensão do que pode ser um desfile na Cidade Baixa num determinado dia, porque você tem uma programação para cinco mil e aparecem trinta. Portanto, há uma diferenciação. Eu já falei com moradores de alguns bairros que estavam incomodados com isso, e disse o seguinte: nós estamos entrando numa nova era, porque, quando cheguei a Porto Alegre, vim lá do interior de Santa Catarina, nós tínhamos o carnaval na Rua Santana. Na

década de 1970, era patrocinado pela Pepsi-Cola. Hoje, se não tem uma marca de cerveja, Presidente, parece um negócio estranho, mas, na época, era a Pepsi-Cola. Então, eu acho que a gente tem que pensar um pouco, rememorar o carnaval do passado, fazer com que haja uma reciclagem com o presente, para poder colocar uma perspectiva para o carnaval do futuro. Por isso acho extremamente importante a sua disposição, a sua disponibilidade de vir aqui discutir conosco.

Mas, também vou, na arrancada final, dizer que nós temos um conjunto de preocupações. Uma delas é que nós queremos que o senhor nos ouça, e sei que vai nos ouvir: nós temos um grupo aqui que é especialista, não usa bombachas, não dança chula, não usa saia prendada – não é, Fernanda? –, mas nós sabemos o que é a Semana Farroupilha. Nós queremos ajudá-lo, porque, em alguns momentos, os Secretários não nos deixaram ajudar. A Prefeitura empurra muita grana, não necessariamente em dinheiro direto, mas em serviços, e não há uma contrapartida, Mendes Ribeiro, para a Cidade, pelo contrário. Então, nós queremos ajudar. São festas populares importantes: de um lado, o samba; de outro lado, a tradição gaúcha, que, aqui do Rio Grande do Sul, é muito forte também, e nós respeitamos. No entanto, a cultura é muito mais do que isso. Temos alguns outros temas, que, para nós, são caríssimos. Na área do livro e da literatura, nós gostaríamos de voltar em alguns momentos, e o senhor participou ativamente, na época de 1990, com grandes debates, trazendo grandes escritores, mas nunca esquecendo a cor local, trabalhando com bons escritores daqui, com grandes debates e de forma descentralizada. Normalmente, quando se faz um grande debate cultural, a gente sempre pensa em trazer alguém na reitoria da UFRGS, e fica por isso mesmo. Não! Nós queremos na reitoria da UFRGS, nós queremos lá na Assembleia Legislativa, que tem condições de ofertar um espaço maravilhoso sem cobrar, porque é público, mas também queremos na Restinga, no Rubem Berta, seja lá onde for, grandes debates. No momento em que a gente fica sabendo que a Fnac está procurando um comprador brasileiro para se desfazer e voltar à França, eu fico bastante preocupado; quando eu vejo que a família Barack Obama vai receber \$ 62 milhões para escrever dois livros, eu fico pensando como eles leem, e como a gente não lê. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em homenagem ao Ver. Adeli Sell, que se manteve nos cinco minutos, nós não daremos um minuto de tolerância para poder agilizar os trabalhos. Temos 15 Vetos para analisar. Só rememorando: não teremos o minuto adicional.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores; alguns colegas municipais se fazem presentes para nossa segunda parte da tarde de trabalhos, que é a apreciação de alguns Vetos importantes para o nosso Município. Vamos tentar derrubá-los. Vereadores e Vereadoras, Secretário Alabarse, eu gostaria, inicialmente, na minha fala, de parabenizá-lo pelo empenho com que tem encabeçado o seu trabalho em

prol da cultura popular na nossa Cidade. É bastante subjetivo o conceito de cultura, principalmente quando nós temos uma Cidade bastante heterogênea como a nossa. Nós temos uma população que apresenta diferentes características, diferentes origens e diferentes conceitos estéticos e artísticos. Portanto devemos ser o mais democráticos possível e abrangentes, para levarmos cultura a todas as pessoas da nossa Cidade, não apenas àquelas que gostam de uma cultura clássica, com música de câmara, mas também cultura popular. Principalmente as manifestações que são desprezadas por uma significativa parte da população mais elitizada, como o *hip-hop*, o *rap*, o samba, o próprio carnaval. Percebemos muitos ataques nas redes sociais, quando o Prefeito manifestou a sua intenção de não colocar dinheiro da Cidade para essas atividades. Essas manifestações foram extremamente preconceituosas, boa parte delas, o que significa que eles desconsideram o carnaval como manifestação artística, e isso é lamentável, porque enseja uma visão muito sectária dentro da nossa sociedade, o que é muito triste.

Eu gostaria também de destacar a seriedade. Fui conhecer o senhor agora, no plenário, um pouco antes do início da Sessão, mas já conhecia o seu trabalho, um trabalho dentro da cena artística, como uma grande referência da nossa Cidade. Parabéns, faço votos que o senhor tenha um grande desempenho e um bom trabalho na nossa Cidade.

Todos sabemos que vivemos um quadro de extrema violência e insegurança nas ruas da nossa Cidade. De certa forma, não é apenas o reforço nas forças policiais, na Guarda Municipal o responsável pela melhoria da nossa qualidade de vida e entrega à população de uma situação de maior segurança, de maior confiança de estarmos nas ruas. A educação, a cultura e o esporte, do qual o Ver. Tarciso Flecha Negra é um grande defensor, são áreas que contribuem significativamente para que nós tenhamos qualidade de vida e também melhoremos os nossos índices, baixando, por exemplo, as taxas de violência em todos os setores. Espero que haja o empenho da gestão atual na área da cultura, do esporte e da educação.

Outra questão que eu destaco é em forma de lamento. Durante muitos anos, as estruturas montadas para a efetivação do carnaval em nossa Cidade foram estruturas provisórias: arquibancadas provisórias, banheiros provisórios, tudo às custas dos cofres da nossa Cidade. Se esse montante fosse utilizado para construção de estruturas definitivas, teríamos uma economia imensa dos recursos que sangram os cofres públicos da nossa Cidade. Então, eu peço que o senhor encabece esse zelo, essa seriedade na aplicação dos recursos que são nossos.

Outra coisa é com relação ao Orçamento Participativo em Porto Alegre. A cultura vem ganhando um destaque significativo nas votações do Orçamento Participativo, e destaco, em especial, a cultura sendo eleita como o segundo tema mais importante pela população. Na região do Belém Novo, a dotação orçamentária que foi destacada via Orçamento Participativo foi colocada num piquete do Orçamento Participativo, aqui no Parque da Harmonia. O recurso que deveria ser aplicado na comunidade, no bairro Belém Novo, foi transferido para cá, de certa forma deixando

aquela população à margem da sua escolha. Parabéns, bom trabalho e uma boa tarde. Até mais.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero cumprimentar o Luciano Alabarse, nosso Secretário da Cultura, toda a equipe de trabalhadores da Secretaria que estão aqui conosco na tarde de hoje – vejo a Lúcia e o Érico, que está na coordenação também –, os nossos trabalhadores municipais que acompanham a Sessão para a discussão de um importante projeto na parte da Ordem do Dia; primeiro, quero registrar, Secretário, o nosso respeito e reconhecimento ao seu trabalho de longa data em defesa da cultura. Isso, para nós, é bastante importante, porque nós queremos, por óbvio, Secretários com esse conhecimento técnico e artístico na cidade de Porto Alegre. Nós somos uma bancada de oposição, mas somos uma oposição séria. Quando houve anúncios de Secretários que tinham uma afinidade com a pasta, obviamente, eles tiveram reconhecimento da nossa bancada de oposição, ao mesmo tempo em que o caso contrário teve a nossa crítica contundente aqui na tribuna.

Feito esse registro do reconhecimento, do respeito ao trabalho, nós ficamos muito preocupados, Secretário, quando, no início de janeiro, o Governo Marchezan anunciou, a dois meses da realização do carnaval, o não aporte de recursos para a garantia do desfile das escolas no sambódromo, que não é só o desfile das escolas, mas também toda uma cadeia produtiva e uma cadeia artística que têm, na expressão popular do carnaval, a sua realização durante o ano inteiro. Eu digo isso porque, desde a época de 1940, a Prefeitura de Porto Alegre financia e estimula essa importante festividade popular, para que ela possa acontecer na nossa Cidade. Nós fazemos este registro.

Eu ouvi atentamente o Secretário, sei que tem essa força-tarefa, que está fazendo todas essas reuniões, conforme nos trouxeram na Sessão de hoje, mas eu acho que essa ressalva da importância do carnaval e da figura da cultura popular sempre é importante, concordando com o que o Ver. Adeli falou sobre algumas matérias, em determinados veículos, desprestigiando uma festividade que tem, na expressão da nossa cultura, décadas de história, de memória, de tradição.

Nós vivemos um processo muito complicado na cidade de Porto Alegre, como a própria construção do sambódromo numa cidade que viveu processos gravíssimos de higienização social, como a retirada do povo das áreas centrais para bairros populares, como a Restinga, etc. A gente viu que a única manifestação popular que foi destinada ao sambódromo foi justamente o carnaval, quando a comunidade cultural, as escolas e, sobretudo, o povo, que curte muito essa festa, sempre lutaram para que esse evento acontecesse no centro da Cidade. Mais do que isso: nós temos a construção dessas atividades ao longo dos anos nas nossas comunidades – as oficinas, os ritmistas, as oficinas de fantasias –, e a própria cadeia produtiva que o carnaval gera,

além de ser uma importante festividade popular. Quando houve essa discussão do sambódromo... Eu sempre faço essa ressalva sobre as formas como se trata a cultura popular e outras vertentes da cultura igualmente importantes. A interminável obra do sambódromo, o senhor está chegando agora, mas acompanhou isso como integrante da cena artística. Todo ano a Prefeitura tem que construir arquibancadas, todo ano tem a questão da fiação. Nunca se terminou a obra do Porto Seco, que era para ser um complexo cultural para o ano inteiro. Infelizmente não é! Abriga apenas o carnaval. Poderia funcionar em uma zona extremamente habitada pela população da nossa Cidade – regiões de vulnerabilidade social –, poderia ter biblioteca, oficinas, capoeira, cinemas ao ar livre, se houvesse uma estrutura cultural que garantisse essa integração permanente com as comunidades. Infelizmente, o Porto Seco ainda não é o complexo cultural idealizado. E terceiro, pela própria realização do carnaval. Eu ainda temo em relação ao tempo.

Queria lhe perguntar que contrapartidas a Prefeitura daria no caso desse primeiro convênio, que já está firmado? Porque estamos falando da cessão do espaço público. Ao mesmo tempo, quero transmitir a nossa luta aqui na Câmara para que haja recursos para a cultura. O senhor terá o menor orçamento da história da Secretaria graças à votação do orçamento anterior. Mas tivemos várias emendas aprovadas aqui na Câmara, como a do Livro e da Leitura, dos artistas, do Fumproarte, da banda municipal, que queremos fazer valer este ano. Lutaremos aqui na Câmara, para que uma pasta tão importante tenha recursos e tenha apoio.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, Secretário Luciano, rapidamente, quero saudar sua presença um dia após o Secretário de Educação Adriano vir aqui espontaneamente. Estou muito feliz pela maneira como a Administração e os Secretários têm nos presenteado com as suas presenças nesses dois últimos dias. Isso é muito importante.

Quero aproveitar que o tema é a cultura, para dizer que tenho recebido, pelas redes sociais, não só esse equívoco de alguns veículos de imprensa sobre o carnaval, mas equívocos de responsabilizar a Prefeitura por coisas e dificuldades de uma crise financeira que assola o País, o Estado e a Cidade, que também atingiu o Museu Iberê Camargo, que através da sua Fundação, neste momento, está tendo apenas dois dias de atividade para a população. Alguns veículos deram a entender que a Secretaria Municipal de Cultura e a Prefeitura teriam responsabilidade. Eu gostaria de deixar claro que somos parceiros da Fundação Iberê Camargo, e que a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Cultura não podem ser responsabilizadas, porque se trata de uma Fundação.

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu queria te agradecer e saudar o Secretário Luciano Alabarse, de quem eu sou amigo de longa data, admirador do trabalho como artista que o Luciano é. Também quero colocar que o eu acho que o Luciano tem uma vantagem ao conhecer a arte de Porto Alegre. Eu tive a oportunidade de me reunir com ele, para incorporar o *hip-hop* como uma atividade na Semana de Porto Alegre; e isso se conversou, o Luciano Alabarse tem essa clareza do *hip-hop* como movimento artístico. Eu queria te parabenizar pela iniciativa.

Eu faço esse elogio ao Luciano, tenho insistido contigo também, pois acho que nós temos que seguir o esforço, no caso específico da discussão que fizemos ontem, para que o Governo tire da pauta algo que vai provocar uma crise, já na semana que vem, na educação de Porto Alegre. Cultura e educação são questões fundamentais. Nós precisamos estimular o que estiver certo e evitar que tenhamos crises desnecessárias, como é o caso desse decreto que o Governo quer aplicar a partir da semana que vem.

Então quero te parabenizar, Luciano Alabarse, pela tua iniciativa e pela tua vontade em fazer com que a cultura avance em Porto Alegre. Muito obrigado.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Concluindo, eu não poderia deixar de aproveitar dois momentos. Um, muito especial para mim, que é saudar a escola do meu coração, que é da Vila dos Herdeiros. A gente tem uma escola da samba que faz um trabalho social, a Império dos Herdeiros. O meu abraço a minha querida e amada Império dos Herdeiros.

Finalizo, Secretário, agradecendo a sua presença e dizendo que estaremos ao seu lado sempre nas lutas pela cultura em Porto Alegre.

Eu gostaria de pedir a atenção dos meus colegas e das minhas colegas rapidamente. Quero, nos segundos que me restam, dividir com vocês um momento muito especial, fazendo um agradecimento muito grande à UTI neonatal do Hospital Moinhos de Vento – Bruna, Cibele, Jane, Cristina, Ediane, Tatiane, Luciana, Alice, Alessandra, Gerusa, Juliana –, a todas as mulheres que cuidaram da minha filha Jamile nesses dias; à equipe neonatal do Dr. Humberto Fiori, ao cirurgião, fantástico, Dr. Guilherme Peterson e a vocês, meus colegas, de todo o meu coração. Eu sei que muitos acompanharam, durante esses nove dias, a minha pequena Jamile. Quero dividir com vocês que oraram por ela e que me abraçaram – assim como essas pessoas cuidaram da minha filha, eu acho que nós temos que cuidar da Cidade, com muito amor – a dor de um pai que não tem a condição de cuidar do seu filho. Quero agradecer de todo o coração aos senhores e às senhoras que foram solidários e dizer, para que fique gravado no futuro: Jamile, o pai te ama! Pessoal, a minha filha está em casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria de iniciar parabenizando a sua gestão, Secretário, pela decisão do carnaval sem dinheiro público, mas, como um bom gestor, um bom líder, dialogando com a sociedade, dialogando com todos os entes relacionados e sabendo, com criatividade, achar vias alternativas, para que essa importante festa cultural fosse realizada. Acho muito importante, neste momento, a gente destacar positivamente essa questão. Eu fico bastante satisfeito em ver essa responsabilidade do Sr. Secretário, da sua equipe, dos funcionários da Secretaria e, também, essa demonstração de responsabilidade, de amadurecimento que todos os entes relacionados ao carnaval de Porto Alegre demonstraram ao sentar à mesa, dialogar e conseguir chegar nesse resultado. O bom líder, o bom gestor sabe dialogar, ser criativo diante das adversidades, e o que a gente está vendo em Porto Alegre é justamente isso. Há um cenário bastante adverso financeiramente – o Secretário Leonardo Busatto esteve aqui na Câmara, na Comissão de Finanças e Orçamento, apresentando a situação financeira do Município –, e, na crise, a gente precisa saber priorizar e verificar alternativas, para que os serviços essenciais continuem sendo cumpridos, os salários dos servidores, os contratados, enfim, todos os serviços que a Prefeitura requisitou sejam efetivamente honrados. Com a importância cultural que tem o carnaval, é importante que o gestor se sensibilize com essa questão, e que a sociedade, como um todo, se reúna, veja as alternativas e as viabilize de maneira que os serviços essenciais, aquilo que é importante ser honrado seja efetivamente realizado.

Quero aproveitar para também parabenizar o Ver. Moisés, fiquei muito feliz com a sua manifestação. Acredito que falo em nome de todos os Vereadores, já que estávamos torcendo bastante para o melhor nessa situação. Gostaria de desejar os melhores votos ao Secretário para os próximos anos que virão de trabalho, sabendo que a situação não será fácil, mas que, com criatividade, com uma boa liderança e com as portas abertas para o diálogo, tudo poderá ser superado. Contem com a Câmara de Vereadores e com este Vereador para ajudar no que for possível para que tenhamos ótimos serviços públicos sendo prestados, com responsabilidade e com prioridade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadoras e Vereadores, todos os que nos assistem; primeiro, o nosso sentimento para com o Moisés. Quero parabenizar a vinda do Secretário Luciano, pois é o que a Câmara de Vereadores precisa é que cada Secretário venha aqui expor o que está acontecendo ou o que vai acontecer na Cidade. Na semana retrasada, a CECE, sabendo da importância da realização do carnaval em Porto Alegre, sugeriu ao Executivo disponibilizar verba para o carnaval. Antes, eu queria deixar um abraço ao Ver. Prof. Alex pela sua fala, pois

falou de algo que venho tratando há tempo. É sobre uma estrutura física no Porto Seco, porque ali há a geração de muitos empregos, pode ter escolas ali e tem muita criança no entorno daquele complexo.

Quando a gente constrói um condomínio e tira um campinho de 50, 60 crianças, nós abrimos caminho para a violência, essa é a verdade. Quando a gente tira alguma coisinha da cultura, do esporte, do lazer... “Ah, o *skate* não é nada!” Não. São 30, 40 guris que estão ali praticando *skate* que ficam desnorteados sem saber para aonde ir agora. Então, cada pedacinho da cultura, do esporte e do lazer que a gente tira das pessoas, a gente aumenta a violência. É como dizer que cada colégio que a gente tira é mais um presídio que a gente tem que construir, e mais violência. Eu sempre lutei pelo esporte, pela cultura, pela educação justamente por isso. O esporte está ligado à cultura, ele é cultura. Na escola de samba, são quatro dias de inclusão, de trabalho, de conhecimento, tudo aí a escola de samba traz. Assim como tivemos blocos na Cidade Baixa. Há alguma coisa que foge um pouquinho disso, mas há mais coisas boas para se resgatar do que coisas ruins. Eu fico muito preocupado. Eu estive conversando com o presidente das escolas de samba, o Juarez. Eles estão em tratativa com um canal de televisão que pode ser o *plus* do carnaval. Eu brincava com ele: “Juarez, tranquilo. Vem a tempestade; depois da tempestade, vem a bonança. Cai uma árvore grande para nascerem cinco pequenas, e essas pequenas árvores vão dar aqueles frutos que nós sempre desejamos.”

Então, eu venho aqui em nome da educação, do esporte e da cultura para lhe pedir, Secretário Luciano, esse olhar não só para o carnaval, mas para essa estrutura. Como a Fernanda e o Alex falaram, todo ano tem que fazer essa estrutura, que é caríssima. Estive lá com o Ver. Pujol conversando, vimos os caminhões chegando de São Paulo com as estruturas das arquibancadas, são estruturas muito caras. Eu quero botar uma pedra no passado, mas dificilmente a gente consegue, porque estou aqui há oito anos pedindo essa estrutura. Eu não, mas o povo de Porto Alegre vem pedindo essa estrutura! Quero aqui parabenizá-lo por ter vindo nos ouvir e dizer que educação, esporte e cultura são tudo num país de Primeiro Mundo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Cumprimento o Secretário Alabarse, bem-vindo, parabéns pela indicação; posso dizer que é um Secretário resultado da vida dedicada à cultura, é uma pessoa que conhece a área, nada que nem peixe, um exemplo de artista, produtor cultural e gestor. Acho que poucos conseguem juntar essas três características que reconheço no senhor. Admiro muito o seu trabalho. Sabes que sou uma fã e frequento os seus espetáculos. A minha contribuição aqui tem duas dimensões: sobre o carnaval não vou falar muito, acho que o Tarciso já ensajou. Talvez a sua dinamicidade e a sua visão estratégica possam, finalmente, ajudar a Cidade a construir

um espaço permanente e um carnaval de ano inteiro, uma economia da cultura de ano inteiro. Este ano é um ano especial, é um ano de construção do Plano Plurianual. Nós, como Comissão de Educação, as minhas intervenções são menos pontuais sobre as escolas de samba, mas são no sentido de que, quando se pensou aquela pista de eventos, se pensou em levar cultura, até na universidade do carnaval, integração com o Centro Vida. Quando quase levamos a UERGS para lá, pensamos em combinar a universidade estadual com uma permanente oferta de oficina, de produção, porque aquelas comunidades no entorno do centro de eventos – a zona norte está recebendo muitas comunidades que saíram de seus lugares, como a Vila Dique – são de uma pobreza, uma miséria, uma violência. Todas as audiências que nós fizemos lá nesses últimos dois, três anos do mandato tinham, de fato, uma demanda muito forte das lideranças comunitárias para que tivéssemos uma estrutura em funcionamento para o ano inteiro. Então, nós não queríamos que fosse mais um evento, porque as escolas, tendo essas estruturas, esse espaço, poderão fazer funcionar o circuito do carnaval, a economia do carnaval, a economia popular.

Quero lhe dizer que temos muita confiança, pela sua experiência, de que vai sair um grande evento, no sentido de ser um evento construído em parceria. Nesse sentido, também faço voz com quem disse aqui que talvez o seu exemplo possa servir para o Secretário da Educação Adriano. Busque a parceria da sua área, e você terá condição de fazer melhor, de fazer uma excelente gestão. Eu vejo que o Secretário da Cultura está fazendo isso numa área que tem pouquíssimos recursos e imensos problemas.

O Secretário Alabarse nos falava: “Em que vocês podem me ajudar?” Nós, Secretário, temos uma presença muito grande do segmento cultural durante o ano: é o Sindicato dos Artistas, é o Conselho de Cultura, são os representantes da cultura, da descentralização, das comunidades, enfim, que se organizam na temática. Muitas vezes, eles vêm para cá, e essa participação, faz alguns anos, resulta em muitas emendas na área da cultura. Esse ano, houve várias emendas populares e várias de Vereadores e Vereadoras que se dedicam um pouco mais a essa área. Então, esse ano não foi diferente.

Não sabe qual vai ser o seu orçamento. A despesa realizada em 2015, por exemplo, foi de R\$ 43 milhões; o orçamento de 2016 era de 50 milhões, e o seu orçamento de 2017 é de 63 milhões, sem as emendas. Claro que as emendas não chegarão a mais do que um milhão e pouco no seu conjunto. Mas eu tenho certeza de que, Secretário, com o seu dinamismo, com a sua propositividade, o senhor vai realizar todo o orçamento e, quem sabe, buscar ainda mais. Nós somos parceiros e parceiras nesse sentido. Chamo atenção para algumas emendas, a Ver.^a Fernanda levantou outras. A Companhia de Dança, no final do ano passado, teve o projeto de lei aprovado, ela tem uma ramificação nas escolas municipais. É uma das construções mais bonitas que a oposição fala, que nós elogiamos na gestão da qual fui oposição. Nasceu e nasce, se articula, se alimenta lá nas nossas escolas municipais, que são de excelência na dança.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu agradeço. Vou usar o período de Liderança com a permissão do Ver. Adeli e do Ver. Oliboni, porque se trata do mesmo tema de ontem o de hoje. Ontem nós dizíamos, Secretário Alabarse, que nós não aceitamos uma avaliação que reduza a escola municipal ao português e à matemática. Essa é a avaliação que tem sido publicizada como um dos motivos da mudança da escola municipal e de suas rotinas: o fato de nós não estarmos bem em português e matemática. Eu sei que o senhor tem condições de fazer esse debate junto ao Governo Marchezan, junto à Cidade. A cultura, na rede municipal de ensino, nos orgulha demais, constrói cidadãos livres, constrói cidadãos que pensam, que escrevem, constrói cidadania e constrói projetos de vida. Nós temos alunos da Lomba do Pinheiro, da Orquestra Villa Lobos que são professores hoje. Temos um aluno, o Wladimir, que é um exímio violinista... Não, ele é flautista. Agora eu esqueci o instrumento dele, mas ele está na Alemanha fazendo mestrado, um menino da Lomba do Pinheiro. Todas as escolas têm algum trabalho de dança, e a Companhia de Dança veio potencializar, a partir da Secretaria da Cultura, o orçamento na SMED, aprovado no projeto de lei do Governo o ano passado. E nós colocamos R\$ 300 mil para a escola de dança, exatamente porque essa dimensão é, para nós, essencial na educação e na cultura: o diálogo educação e cultura. Assim também, nas artes cênicas, R\$ 250 mil são emendas populares. Tem outras emendas menores, como a do Livro e da Leitura, do circo, da Casa do Artista. As emendas, nós sabemos, se realizam quando a área luta, quando a área tem proposta. Todos esses interlocutores vão procurá-lo, vão apresentar propostas, e, com o seu talento, com o seu compromisso com a cultura, você vai fazer, quem sabe, um orçamento maior do que está escrito no papel.

Nós queremos que assim seja na educação. O que, infelizmente, estamos ouvindo é que vai se gastar muito dinheiro em consultorias externas na educação – ouvindo não, está escrito num documento assinado com o BID –, para construir proposta pedagógica do ensino fundamental, para construir indicadores de educação, para construir parâmetros para a rede municipal de ensino.

Nós temos uma massa crítica pensante, acadêmica de primeira linha na rede municipal de ensino. Vários dos nossos professores estão na cultura. Na verdade, queria falar que faz tempo que não tem concurso. Nós temos uma capacidade de produzir criativamente soluções e respostas novas para o currículo, para os desafios da educação, para os desafios do crescimento cultural da Cidade, para o capital cultural dos professores e professoras. A Feira do Livro, por exemplo, também outro reconhecimento meu ao Governo do qual não fiz parte; o bônus do professor para gastar na Feira do Livro foi uma grande sacada, e nós queremos que continue; a cota que as escolas colocam para a compra de livros. Esse diálogo cultura e educação é enriquecedor e pode dar muito certo, tenho certeza, desde que de fato valorizemos os nossos profissionais.

Fecho dizendo que, na cultura, nós temos uma escola que está quase fechando, que é o Atelier Livre, uma escola de artes plásticas. Faz tempo que não tem concurso público, nós colocamos algum recurso para tentar arrumar o telhado lá. V. Exa. está chegando agora, mas queremos que essa interlocução das artes plásticas da rede municipal continue, ela é maravilhosa. Precisamos encaminhar os nossos alunos para o Atelier, a fim de se tornarem profissionais da cultura. Tem um caminho muito bonito para fazer, a parceria da Câmara o senhor terá. E a parceria que buscar nesses profissionais maravilhosos, tanto da cultura quanto da educação, tenho certeza, trará um retorno muito grande. Parabéns e sucesso na sua gestão. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2017.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; prezado Secretário Luciano Alabarse, seja bem-vindo; eu queria sair cumprimentando o Prefeito Marchezan por ter escolhido o Secretário Alabarse, que tem aqui o apoio do PSOL. Vi que V. Exa. apoiou o PSOL no primeiro turno e, no segundo turno, apoiou o Marchezan, eu acho que isso é bom para a Cidade. Vejo que o senhor tem o apoio tanto do PT quanto do PSOL e, certamente, dos outros Pares que cuidam da cidade de Porto Alegre. Já foi dito e falado, o senhor explicou muito bem que vai apresentar o contrato aqui, acho que está certo, com o contrato se pode falar. Mas eu, de pura curiosidade, tenho a informação de que a empresa Impacto foi desclassificada, no carnaval passado, para prestar esse serviço, não sei se V. Exa. tem esse conhecimento. Também tenho a informação de que essa mesma empresa tem a receber do Município. Eu tenho certeza de que esse empresário não fez nada mais, nada menos do que pensar na Cidade e não pensar nessas coisinhas que estão penduradas ainda. Mas, com o contrato, vamos ver todas as contrapartidas que serão dadas para que o carnaval realmente saia tranquilo, seja uma festa. As escolas se prepararam, e todas estão com poucos recursos. Só para que se esclareçam essas pequenas dúvidas que eu tenho particularmente, que levei para a minha bancada, que são sobre a empresa, sobre as dívidas e do porquê ela ter sido desclassificada no ano passado, ou se não foi classificada. Às vezes, tem isso, pode ter sido desclassificada, ou pode não ter sido habilitada, o que é diferente. Então, essas dúvidas todas deverão ser sanadas com a apresentação do contrato dessa PPP, que seria público-privada, me parece que essa vai ser só privada. Se ela for público-privada, a contabilidade é diferente, aí nós precisamos saber quanto cada um ganhou, quanto cada um vai pagar. Se ela for só privada, aí não precisamos dessas explicações. Caso contrário, precisamos saber quanto entra, quanto sai, com quanto o Município entrou, o que pagou e o que recebeu em troca, e as entidades também. Então, só para cumprimentá-lo pela sua facilidade de comunicação, eu já o conhecia lá da época do Fogaça. Parabéns pela sua tranquilidade,

principalmente, e pela disposição de vir a esta Casa quando tiver o contrato, para explicar, colocando-se à disposição. Meus cumprimentos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Secretário Luciano Alabarse; eu quero cumprimentar o ilustre Secretário e lhe desejar muito sucesso na sua missão. Eu acho que o seu aceite do convite quebra um paradigma; como bem referiu o Ver. Idenir Cecchim, é muito importante. O ex-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, meu amigo, não sei se meu eleitor, mas muito amigo, com certeza, o Professor Francisco Ferraz, não sei se o senhor conhece, se já ouviu falar, tem um *site* “Política para Políticos”, um *site* muito interessante. O Professor Ferraz fala como se construiu, nesses últimos 35 anos, essa questão da hegemonia da esquerda e do monopólio das virtudes que, a partir dessa construção, se plasmou no campo político à esquerda. Na verdade, se olharmos para isso com mais cuidado, de forma mais apurada, nós vamos nos aperceber que, assim como o arco-íris, Ver.^a Sofia Cavedon, não é feito só de azul e vermelho, na política existe uma miríade enorme de posições políticas que não são só a esquerda, nem a direita, nem a extrema-esquerda, nem a extrema-direita. Nós temos aqui na Câmara, por exemplo, extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro-direita, liberais, conservadores e conservadores liberais. Para quem não sabe, existe toda essa nuance diferente de posições políticas que se expressam aqui, mas parece que às vezes isso não existe, porque é nos contra eles, é mocinho e bandido, são os excluídos e incluídos, é a aristocracia. Isso tem sido deletério, tem sido nocivo para a política brasileira.

Eu faço esse preâmbulo para lhe dizer o seguinte: há muitos anos estou envolvido com isso. Há questão de 8 a 10 anos atrás, o Steve Solot, que era namorado da Mariangela Grando, queria fazer a *film commission* aqui no Rio Grande do Sul. Por várias vezes, eu tentei ajudá-lo, mas não conseguimos fazer a *film commission* aqui. Eu espero que V. Exa. consiga avançar nessa história da *film commission*. Tenho amigos do cinema de que gosto muito, a Luzimar Stricher, que é amissíssima; na música, até que queria que contribuísse lá com V. Exa., a Cida Pimental, que é um expoente da música e do rock, inscreveu-se lá, inclusive, mas parece que o caminho foi outro. Acho que ela iria aproveitar a questão do *hip-hop*, do chorinho, das diversas manifestações culturais e da música.

Eu fui Presidente da Associação de Amigos do Museu Júlio de Castilhos por dois mandatos. E, muitas vezes, a extrema-esquerda pega aqui e diz o seguinte: “Ah, o Valter é inimigo da cultura!”, quando, na Cidade Baixa, por exemplo, eu promovi a fiscalização dos bares e das casas noturnas que colocavam em risco a vida dos jovens, e inclusive dos músicos que estavam indo lá. Nós interditamos, na época em que eu fui Secretário da SMIC, Ver. Dr. Goulart, 42 casas noturnas, um ano antes da tragédia de

Santa Maria, que colocavam em risco a vida dos jovens e dos profissionais da música e da cultura que lá estavam. Porque era uma obrigação legal minha, como secretário. Mas aí movimentos políticos exploram de forma equivocada dizendo isso.

E quero dizer de novo: estou preocupado com a Cidade Baixa. O que tem havido ali, embora seja uma manifestação legítima e boa, mas as pessoas têm que ter consciência com a Cidade, da sua responsabilidade para com a Cidade e parece que não existe isso. O bairro novamente está muito degradado.

Literatura, aprecio por demais. A Cíntia Moscovich, até vou cometer uma indiscrição, é minha querida amiga, minha eleitora; o Paulo do Amaral, nosso diretor do MARGS, meu conterrâneo e amigo também. Sou uma pessoa, por família, por formação, por vocação, por gosto voltada para a questão cultural. E eu acho que nessa questão cultural nós temos que romper com essas falsas verdades, com esses pseudomonopólios, com essas hegemonias. Estão aqui os meus queridos amigos professores, na segunda-feira eu vou falar sobre isso – também nesse aspecto se construiu isso: parece que só uma verdade, ou só uma visão ou só um interesse fala em relação aos professores, que, para qualquer cidade desenvolvida, são elementos fundamentais.

Eu quero dizer, nestes poucos segundos que me restam, o seguinte: com todo respeito ao PT, mas o maior gesto de higienização, de discriminação que houve na história de Porto Alegre foi jogar o carnaval para os confins dos limites de Porto Alegre, para o Porto Seco. A maior agressão ao povo negro e à mais bonita e legítima manifestação popular do Brasil foi retirar daqui, do centro da Cidade, e colocar lá nos confins. Isso sim é higienização. Então, o discurso se presta para muita coisa, mas a realidade é outra. E foi isso que aconteceu com o carnaval quando se retirou daqui e se colocou lá. Então, acho que há muito para ser refletido e muito nós temos que pensar. Não é a favor da cultura quem, por exemplo, é contra a iniciativa privada, porque LIC e Rouanet são financiados pela iniciativa privada. Então, nós temos que começar a nos despir dos preconceitos se nós quisermos avançar e eu quero lhe desejar sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Presidente, saudar as Vereadoras e os Vereadores; Secretário, parabéns pela visita; professores que estão aqui nas galerias, amigos, simpatizantes, admiradores dos Vereadores, da nossa causa na luta por uma Porto Alegre melhor. Secretário, parabéns pela lucidez! Eu não sou um adepto ferrenho do carnaval, não tenho esse dom, mas de uma forma ou outra ajudei também o carnaval quando fui Secretário de Obras, até porque o carnaval está dentro da nossa cultura. Mas nesse momento em que o País, o Estado e a Prefeitura encontram-se em uma situação dramática economicamente, sem dúvida foi o melhor caminho. Mas, ao mesmo tempo, ficou um ensinamento e até uma coisa boa: o carnaval, quem sabe,

futuramente, possa andar pelas suas próprias pernas. O carnaval de Porto Alegre teve um amadurecimento com esse adiamento, as Ligas também. Conheço muito o Juarez Gutierrez, é um lutador, e ele, naturalmente, amadureceu com essa ideia de uma carnaval fora de época e por não ter muito apoio do Poder Público Municipal e partir para uma ideia da iniciativa privada começar a auxiliar o carnaval. Eu acho que isso é um amadurecimento. É uma visão de futuro. A Liga fica mais independente, não onera a Prefeitura, e a Prefeitura ajuda, sim! Porque, quando a Prefeitura começa a intermediar, a trazer o empresário, a fazer essa associação, essa parceria, já é uma forma também de a Prefeitura ajudar. Então me parece que o sambódromo, ou centro de eventos, já vem desde o PT e não foi concluído. E assim mesmo houve discussão, se nós fazemos desfile aqui perto do Beira- Rio ou na Av. Loureiro da Silva. Sempre há essa discussão. Aqui é melhor, lá é mais afastado. Eu acho que tem lugar para todos! O desfile de blocos de bairro cresceu muito e isso não é só em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, o sambódromo é uma circunstância, mas o maior carnaval no Rio de Janeiro e São Paulo – São Paulo que tinha outra característica – são os carnavais de bairro que estão crescendo vertiginosamente. E para o bem da sociedade, porque agrega, traz a parceria. O carnaval em si emprega muita gente, secretário; principalmente esse pessoal que tem pouca capacidade de venda, às vezes não é compreendido, mas ele aproveita a circunstância para gerar muito emprego. Então, parabéns pela postura, não foi nunca radical, foi companheiro das escolas, mostrando um futuro melhor com a independência. Isso vai trazer benefício para o carnaval de Porto Alegre, para o futuro, e sem dependência do Poder Executivo, que tem outras prioridades. Não que carnaval não seja prioritário, mas existe a prioridade da segurança, da saúde, da educação, enfim, várias prioridades que contemplam a sociedade no seu todo. Um pouco para cada um, e esse pouco é o crescimento do carnaval para o futuro, com ligas independentes, com dinheiro privado e, naturalmente, a independência. Muito obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente Cassio, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, amigos que nos visitam e nosso querido Secretário Alabarse. Quando vejo V. Exa. tão comprometido com a cultura do teatro, eu lembro, quando no Júlio de Castilhos, que nós criamos o Grupo Atelier de Teatro. Chegamos a trabalhar muito o texto de Tennessee Williams sobre a vida de Nova Iorque, na época dos anos 1930; chegamos a trabalhar com Molière, o avarento; e apresentamos, no Teatro São Pedro, com Carlos Alberto Lontra, Saint-Exupéry, com o Pequeno Príncipe. Então, nessa época, a gente não falava muito em grandes aglomerações, como carnaval, porque era uma época sem sol em que a gente fazia grandes manifestações em pequenos grupos de teatro. E o teatro, em Porto Alegre, floresceu nessa época do golpe militar. Então, tenho de lembrar, neste momento, que o nosso carnaval precisa de cuidado. Precisa de muito

cuidado mesmo, porque é a festa negra, é a cultura negra que se manifesta. E nós ficamos pensando por que a festa negra não pode continuar, porque não pode continuar o samba correndo na avenida, como nós imaginássemos que fosse. Volto a dizer, não esqueçam que é a festa negra. Então, vou fazer uma pequena homenagem, uma música que eu e Jorge Carioca fizemos para o Bambas de Orgia: “Sonhando, eu voltei a ser criança/ não tive nem vontade de acordar/ estava eu diante de uma praça/ onde a alegria e a graça me tiravam esse jeito de dançar/ levado por soldadinhos de chumbo.” Samba da Restinga de 1982: “Oi gira, gira, que eu quero ver/ deixa eu entrar na gira e ser um crupiê.” Restinga Campeã, neste ano não a pude ver até agora. E para fazer homenagem a V. Sa., que trabalha tão bem em teatro, que dirige tão bem os grupos teatrais, vou dizer um pequeno trecho de Shakespeare: “To be or not to be, that is de question./ To live to dream, perhaps to die./ Life is a tale/ Told by an idiot, full of sound and fury/ Meaning nothing”.

Um beijo para vocês.

(Revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE(Cassio Trogildo): O Secretário Luciano Alabarse está com a palavra para as considerações finais.

O SR. LUCIANO ALABARSE: Primeiro, dizer que eu gostei muito de estar aqui, que me senti tão bem, tão bem, que eu quero voltar. Então me chamem, me convidem. Talvez eu possa voltar logo para falar da Semana de Porto Alegre, que é uma programação que vai ter o protagonismo da Cidade, de toda a Cidade. Então, muito obrigado por me ouvirem e por perguntarem. Anotei algumas coisas enquanto vocês falavam, e, sim, até o Adeli. Eu fiquei impressionado quando ele disse que não deixaram a Casa ajudar. Vocês podem ter certeza absoluta de que a minha postura é o contrário disso: eu preciso desta Casa, eu preciso de vocês, eu preciso ouvir vocês, e construir juntos soluções para as questões da cultura. Eu sou de teatro, tenho certeza que o resultado é sempre coletivo, protagonizado por todos nós. Eu acho que esta Casa é extremamente qualificada para esta ajuda e está aceita desde agora que vocês estejam com a secretaria, comigo individualmente e pelo bem de Porto Alegre. O Ver. Adeli também falou algo muito importante sobre o papel da cultura em relação a estes tempos duríssimos em que a gente vive. A cultura é certamente um instrumento eficaz de combate à violência, à insegurança, à dureza destes tempos, e é por isso que o aspecto formativo da cultura tem que ser incentivado em todas as instâncias de uma Cidade. Eu acredito muito nisso, há mais de 40 anos eu dedico a minha vida a isso, a viver isso, a exemplificar isso e a ter a perspectiva de que a cultura seja plenamente identificada como um recurso de extrema valia no combate à intolerância, no combate à violência, no combate à ignorância. Para isso, a gente pode falar da cadeia produtiva do carnaval, que é um exemplo fantástico da importância dessa festa. As festas populares do Brasil são das manifestações mais legítimas da identidade do nosso povo, e o carnaval, se a gente pegar as diferentes regiões do Brasil, é muito diferente.

Eu estava lendo ontem que, no carnaval de São Paulo, o aumento da rede hoteleira atingiu quase 90%, que os hotéis de São Paulo na época do carnaval atingiram uma proporção maior que os hotéis do Rio de Janeiro, tradicionalmente o maior carnaval do mundo. Por quê? Pelo apoio dado aos blocos de rua. É difícil fazer aquilo: conter milhares de pessoas. Eu estava lendo que um bloco lá arrastou 800 mil pessoas. Com que estrutura a gente atende 800 mil pessoas? Mas esse é o grande desafio. Eu tenho certeza de que não só o carnaval, mas a Festa dos Navegantes, o Morro da Cruz... Eu estava recordando com o Ver. Oliboni que eu já subi o Morro da Cruz muitas vezes atrás dele, já levei até relhadas dos que açoitavam Jesus e que se emocionavam e começavam a açoitar quem estava perto de Jesus, que é o meu caso. Era muito divertido. E eu dizia: “Eu não sou Jesus, pára!”.

Enfim, todas essas manifestações têm meu apoio incondicional, todas essas manifestações mostram algo muito significativo sobre Porto Alegre, e a gente estará, de uma ou de outra maneira, as viabilizando, assim como foi Navegantes, que passou um pouco batido por essa conversa. Nós também não entramos com o dinheiro orçamentário, mas entramos com toda uma cadeia de parcerias para que a procissão fosse viabilizada. A mesma coisa vai acontecer com o Morro da Cruz – já estamos nos reunindo com o diretor Camilo.

Alguém falou da Fundação Iberê Camargo. A Fundação é privada, ela não é do Município. Mesmo assim, eu recebi, há poucos dias, o Justo Werlang, um dos diretores da Fundação, que pediu parcerias com a Secretaria, que a gente ocupasse a Fundação para que ela não ficasse dois dias seguidos. Entra aí o que a Ver.^a Sofia estava falando sobre o Atelier Livre. Nós vamos transferir o Atelier para a Fundação. Se alguém visitou o Atelier, viu que as acomodações e toda a parte física precisam urgentemente de reformas, precisa que a gente melhore aquelas situações, ou os bombeiros interditam, devido à insegurança do local.

Eu não posso responder por que isso chegou aonde chegou, como chegou; eu posso dizer o que vou fazer no presente para o futuro. Não é parar o Atelier Livre, é atender o Atelier Livre em todas as suas necessidades, sem extinguir as atividades fundamentais. Eu concordo, eu já vivi momentos em que o Atelier era uma força da expressão cultural da Cidade, assim como a nossa Companhia Municipal de Dança. Em janeiro, é tradicional uma mostra de dança, promovida pela secretaria, lá no Teatro Renascença, e começou exatamente com um número preparado pelos alunos da rede escolar. Aquilo não é uma dancinha, entre aspas, de alunos; aquilo é formação cultural. Foi muito bonito, muito impressionante! Se alguém não sabe, o Prefeito Marchezan, ainda em janeiro, sancionou a companhia, coisa que as administrações anteriores não haviam feito. Para quem ia extinguir secretaria e não extinguiu; para quem põe, de acordo com as suas palavras, um esquerdista, porque, brincando, disse que eu sou um esquerdista... Eu quero dizer que tenho uma afinidade muito grande com esse homem. Eu acho que ele quer, sinceramente, mexer em estruturas e fazer o melhor pela Cidade e, no que me diz respeito, está me deixando trabalhar, o que é uma benção, porque já trabalhei com gente que não deixava – não é o caso dele! Há uma lenda de que não se pode trabalhar, mas eu tenho conseguido, agradeço muito a ele a chance de tentar

arrumar a casa, porque, como todos vocês sabem, eu não tenho partido, eu nunca fui filiado a nenhum partido, mas eu tenho muitos amigos em todos os partidos. Eu não esqueço a minha história, os meus amigos, os meus antigos amigos, os meus novos amigos da política, eu respeito muito a política, eu só não tenho perfil de ser como vocês, fazendo essa política, eu tenho outro, talvez vocês não tivessem o meu perfil de ser um diretor de teatro – que é o meu caso. Eu respeito a política, eu gosto de política, eu gosto de vocês, eu quero ouvir vocês, se eu estiver errado, pelo amor de Deus, meu telefone não mudou, há anos é o mesmo, me liguem, me puxem as orelhas ou me deem sugestões, eu vou voltar aqui.

Eu quero dizer que partilho da ideia de que as manifestações populares são fundamentais para a identidade de uma cidade em todas as suas áreas. Claro que eu gosto de ver grandes produções, mas, na minha passagem – porque eu estou de passagem, não importa quanto eu ficar –, eu vou olhar para os mais desfavorecidos e que são fundamentais na construção de uma cidadania plena. Acho que a cultura faz isso, aumenta a autoestima e é esse o papel que a gente tem.

Não queria deixar de passar, ainda, o meu motivo de vir aqui, que foi o carnaval. Sobre a presença dos patrocinadores, todos eles serão provados. No caso da Impacto, sei disso e não é absolutamente do desconhecimento de ninguém, a Prefeitura tem uma dívida que já venceu, espero que eles sejam pagos, sim, não vejo nenhum ilícito em querer que eles sejam pagos, assim como todos os fornecedores da cultura precisam ser pagos. A gente não pode, jamais, punir artistas, punir fornecedores.

Então, no que me diz respeito, vou estar, sim, batalhando pelas dívidas herdadas. A gente herda os bônus, o prazer de estar vivendo esse momento aqui, que é um prazer grande, mas eu tenho perdido o sono pensando em como vamos pagar tudo que devemos na Prefeitura, na minha área, não noutra. Só gosto de falar do que eu entendo, do que eu sei, do que eu me dediquei, a minha profissão de vida, que é entender a cultura. E eu conheço Porto Alegre, não sou nenhum novato na área. Ninguém precisa tentar me explicar. Esses dias, uma moça me ligou e disse: “Eu queria conversar com o senhor para que o senhor conhecesse os problemas da cultura de Porto Alegre!” Mas para isso, não precisa falar comigo, porque eu conheço os problemas da cultura. Eu quero as soluções para os problemas da cultura. E eu vou procurar vocês para saber dessas emendas. Fiquei muito interessado!

Para terminar, quero dizer que desde que eu me conheço por gente, a cultura está em crise. Então não me assusta a crise. Eu não conheço outra realidade a não ser viver em crise na cultura – isso não me assusta. Eu ainda chamo de “o meu” Porto Alegre em Cena, agora já deleguei para outros, porque eu nunca dependi exclusivamente da Prefeitura – estou falando isso como artista, não como secretário. Acho que temos que buscar independências. É como um filho. Na minha época, pelo menos, queria sair de casa, queria ter um emprego, queria se sustentar; hoje em dia, parece que é o contrário disso. Na cultura é a mesma coisa. Eu quero que as coisas andem por elas mesmas, que não dependam de quem aqui estiver. Hoje, eu estou aqui; amanhã, será outra pessoa. Isso é da vida, da natureza da política.

Queria agradecer muito a vocês. Fico muito feliz com as palavras que ouvi aqui. Sou parceiro de vocês. Eu vou procurar vocês, a cultura precisa de todos. A questão política para mim, é a alta política, é fazer a cultura ser valorizada com todos. Eu nunca discriminei nada, ninguém, partido nenhum. Eu quero ter os amigos, as pessoas de bem estão em todos os partidos. Eu não gosto da ideia única, eu gosto da diferença, da diversidade, acho que a diversidade está muito em pauta.

Eu conto com vocês, agradeço, quero voltar aqui, me chamem, me convidem, sei lá eu qual é o termo disso, porque eu fiquei feliz aqui e queria repartir o passo a passo da secretaria com vocês, com a bancada de Porto Alegre, pedir ajuda para deslanchar, porque é isso que eu acho que a cultura tem que fazer. A pauta positiva da Cidade, certamente, passa pela cultura; a identidade e a felicidade da Cidade passam pela Cultura. E nesse sentido, é trabalho de todos nós fazer com que isso seja cada vez mais tangível, uma realidade. Cinquenta e quatro minutos para dizer que eu concordo tudo com o Porto Seco. Eu não entendo por que ele não foi concluído, mas eu vou tentar, sim, concluí-lo, porque todos ganharíamos com isso. Trinta e sete segundos, vocês se livraram de mim. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Luciano Alabarse, Secretário Municipal da Cultura. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h49min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h51min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, conforme determina o nosso Regimento Interno, eu venho a esta tribuna para compartilhar, com os ilustres colegas, a representação que tive a honra de fazer, da nossa Câmara Municipal, nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro, em Brasília – não fiz antes porque veio o período de carnaval, na semana passada, e não foi possível, então faço neste momento –, no Encontro Nacional dos Legislativos Municipais. Fui distinguido pela nossa Mesa, na condição de Vice-Presidente da Casa, de ir a esse evento. Inclusive, fui convidado para fazer uma palestra aos Vereadores do Brasil todo que estavam lá, fiquei muito honrado com isso. No primeiro dia, nós tivemos uma série de compromissos, tive uma agenda com o Ministro Osmar Terra no Ministério do Desenvolvimento Social, onde fui muito bem recebido. O Ministro estava com 35 Prefeitos de diversas cidades do Brasil e me pôs ao seu lado e me colocou a par de uma série de programas e projetos que o Ministério do Desenvolvimento Social tem e que, às vezes, não são utilizados. Naquele mesmo dia, meus caros companheiros do PMDB, eu

tive também uma reunião com o Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Caio Rocha, que me deu duas informações. A primeira é que, no ano passado, estava disponível para Porto Alegre R\$ 1,5 milhão para construção de um banco de alimentos na nossa Cidade, e não foi executado. Hoje nós temos um banco de alimentos aqui ligado à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que faz um trabalho muito bonito. Esse recurso ficou lá em Brasília, não foi executado. Ele também me deu uma segunda informação extremamente importante: o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Agricultura dispõem de uma linha de crédito de mais de R\$ 1,5 para compra de alimentos dos produtores rurais da Cidade, que são destinados à rede municipal de ensino. Como é que se faz isso? O Ministério dá o dinheiro para o Município, o Município compra dos produtores rurais da Cidade que são cadastrados e distribui via Secretaria Municipal de Educação para a merenda escolar das nossas crianças. Eu, como base nessas duas informações, hoje pela manhã, tive uma audiência com a Secretária Maria de Fátima Záchia Paludo e conversei especificamente sobre essa questão. Levei ao conhecimento da secretária esses dois projetos. Amanhã eu tenho uma reunião com o Secretário Ricardo Gomes, da atual Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que incorporou a SMIC. Continua havendo uma supervisão de agricultura; nessa supervisão, inclusive, foi onde nós levamos a cabo o projeto de bolinho de peixe da merenda das crianças de Porto Alegre, que nós compramos do produtor rural e colocamos na merenda escolar, fazendo o ciclo completo. Eu acho que é importantíssimo nós desenvolvermos essa outra linha, que permite que se pegue esse dinheiro do Governo Federal, se comprem dos nossos produtores rurais, especialmente aqui do Extremo-Sul, e se distribuam hortifrutigranjeiros na nossa rede municipal.

O primeiro dia foi dedicado a essas questões. No segundo dia, mais propriamente, começou o evento. O evento teve as atribuições da mesa diretora no Poder Legislativo Municipal, a prerrogativa dos membros das Mesas Diretoras, as prerrogativas dos Vereadores, regras gerais de funcionamento, isso para que nós explicássemos para os outros Parlamentares das diversas Câmaras Municipais que se espalham pelo Brasil afora. Só no Rio Grande do Sul, por exemplo, são 496 Municípios, cada um deles, obviamente, com a sua Câmara Municipal. Tratou-se de regras de funcionamento, prerrogativas das nossas comissões. Agora mesmo, nós vamos aqui votar vetos, e todos esses projetos de lei passam pelas comissões; depois, os vetos retornam para cá e passam novamente pelas comissões. Tudo isso para compartilhar, Ver.^a Fernanda, com Vereadores de cidades menores, que, muitas vezes, não têm a estrutura que os nossos gabinetes parlamentares têm, não tem a estrutura que as nossas bancadas têm. Nós somos, em termos de estrutura, quase superiores até a muitas Assembleias Legislativas, embora seja forçoso e imperioso que se diga que, em tempos em que a sociedade exige que nós tenhamos uma vida simples, espartana, os Vereadores de Porto Alegre são os que estão entre os menores salários de parlamentares do Brasil. Isso é o que a sociedade deseja e é importante que se registre aqui. Inclusive, na média dos servidores municipais, eu tenho certeza que os Parlamentares de Porto Alegre recebem...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...Então eu vou juntar, Sr. Presidente, o material que foi distribuído. Agora, nos dias 25 e 28 de abril, nós vamos ter a 15ª Marcha dos Vereadores em Brasília, e tem uma coisa que eu tratei lá e quero tratar aqui com V. Exas: nós precisamos inverter o pacto federativo. Não é possível que a maior parte do recurso da sociedade brasileira vá para Brasília, depois uma segunda parcela para o Estado, e os Municípios fiquem com as migalhas. Nós temos que trabalhar para que, num futuro breve, isso se inverta: os Municípios fiquem com a maior fatia, porque a sociedade está mais perto, controla melhor; a segunda parcela fique com os Estados; e o menor fique com a União. Não tem sentido o dinheiro ir lá para Brasília e depois ter que se perder nos escaninhos da burocracia. Isso vai ser tratado aqui na 15ª Marcha dos Vereadores, será um dos temas da mobilização.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente. Estou juntando à secretaria Legislativa todos os documentos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todas e a todos. Queria cumprimentar, especialmente, a categoria que, depois de uma quarta-feira de cinzas, veio, com muita força, à Câmara de Vereadores, para tratar do decreto da educação, comparecendo na tarde de hoje para que possamos, mais uma vez, a Câmara de Vereadores dar uma sinalização a favor do conjunto dos municipais e das municipais. Eu quero neste momento dialogar com os meus colegas Vereadores, colegas que aprovaram, pela ampla maioria dos votos, no final do ano passado, um importante projeto de lei que garante, salvo as despesas constitucionais obrigatórias como saúde, educação, assistência – e ainda bem que temos despesas, e eu diria investimentos obrigatórios –, é necessário garantir a prioridade nas despesas no salário dos funcionários. Para que a gente não veja, Ver. Conceição, salários parcelados e dinheiro sendo gasto com publicidade, para que a gente não veja aquilo que de fato é inconstitucional, que é massacrar o conjunto de quem constrói os serviços públicos.

Aliás, eu quero cumprimentar os Vereadores e Vereadoras pela tarde de ontem. Nós fizemos um debate muito profundo, Ver. Tarciso, Presidente da CECE, que fez uma brilhante intervenção aqui nesta tribuna sobre a questão da educação e de como esse decreto atinge a qualidade da educação municipal. Com todas as matizes partidárias, Vereadores que pensam absolutamente diferente de mim em muitos temas, Ver. Wambert, nós quase que unanimemente pedimos a revogação do decreto, e depois que o Secretário Adriano falou não teve, por óbvio, Presidente, uma nova rodada por

uma questão regimental evidentemente. Mas nós queríamos ter deixado registrado que, se está aberta a questão do diálogo, que se suspenda qualquer possibilidade de fazer pressão sobre os diretores da escola e se garanta a revogação do decreto que mudou as regras da educação, abrindo, de fato, um diálogo permanente com a categoria a partir do Cores da educação, da ATEMPA e do Sindicato dos Municipários.

Feito esse registro, nós tivemos muitas diferenças ontem, mas tivemos uma voz muito forte pontuando o tema da necessidade da revogação e do debate profundo, Ver. Carús, sobre a questão da educação, uma das coisas que o senhor falou ontem. Eu fico muito chocada quando nós vemos os vetos no Parlamento Municipal. O argumento do Governo, sistematicamente, é que os projetos são inconstitucionais. Foi assim em projetos que não foram de autoria nossa, da bancada do PSOL – e eu falo na liderança do PSOL; foi assim no seu caso, Ver. Cecchim, do tombamento dos prédios e da discussão sobre o bairro Petrópolis, independente da nossa posição. Foi assim em um conjunto de vetos: projeto da Ver.^a Sofia; projeto do Ver. João Bosco Vaz, muito importante para a Cidade, que foi vetado com o argumento da inconstitucionalidade; foi assim no projeto do Ver. Eng^o Comassetto; no projeto do Ver. Cláudio Janta, que é líder do Governo nesta Câmara e também teve um projeto importantíssimo vetado, com relação ao desembarque e à segurança dos passageiros na cidade de Porto Alegre.

Nós queremos independência de fato, e independência de fato significa manter a coerência na votação dos nossos projetos, significa ter altivez para dizer que o Parlamento tem independência e não está de joelhos para o falso argumento de inconstitucionalidade, que é sempre o argumento dos governos para tentar revogar conquistas importantes que coloquem a prioridade onde é prioridade: na segurança no transporte, no salário dos municipais, naquilo que, de fato, faz diferença na vida da população. E é com muita tranquilidade que venho a esta tribuna pedir aos meus colegas Vereadores que nos ajudem a derrubar o veto, garantindo que a Câmara Municipal de Porto Alegre, que acolheu a categoria em muitas greves, que fez um belo debate na tarde de ontem, com relação a este decreto absurdo da educação, que ajudou na mediação da última greve pelo parcelamento da inflação – a categoria teve que fazer luta para ter essa conquista – mantenha a independência, derrube o veto e mostre para a Prefeitura que nós apoiamos os trabalhadores municipais da Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas funcionários, público que nos assiste pela TVCâmara, público presente nas galerias. Eu, particularmente, participo da vida política, acho que como todos os municipais, que são um exemplo de uma luta permanente, como a maior parte do funcionalismo público. Pela primeira vez na história eu tenho visto muito pouca defesa do Governo. São poucos os Vereadores... Até nem

imaginaria que fossem tão poucos os que viriam aqui defender o Governo. Achei que conseguiria se construir, pela primeira vez na história do que vivo na política... Vejo uma condição de Vereadores de uma insatisfação na política de uma forma generalizada. Em quarenta e poucos dias, essas galerias praticamente se mantiveram lotadas em tudo que foi discutido neste início de Governo. Eu não sei, não quero acreditar que seja um gesto de arrogância, estava aqui o secretário dizendo que o Prefeito é acessível. Pessoalmente não o acho acessível, particularmente comigo nunca tratou nada. Teve duas ocasiões anteriores à eleição em que ele veio me pedir apoio, depois nunca mais fui procurado; pelo contrário, até pedi para o Moisés Barboza que marcasse uma reunião, porque a minha pauta foi trucidada, que era a pauta dos animais, estraçalhada de forma gratuita. Eu não consigo ver ninguém confortável para defender este Governo. Eu vejo pessoas subirem aqui para justificar, pedir desculpas, dizer que não tem dinheiro para isso ou para aquilo. Eu acho que para tu concorreres a uma eleição, tu tens que ter condições de saber o que tu vais governar. Se for para ti assumir, fazer corte social, tirar do funcionalismo público, tirar dos animais, e dizer que tem que tirar, tirar, tirar e não abrir o diálogo, eu não sei o que justifica, Mônica. Pessoalmente, eu nem estou entendendo qual é o objetivo deste Governo! Eu confesso a vocês que não consigo ver uma opinião formada nem dos Vereadores da base. Pela primeira vez, nós estamos aqui lutando contra o que ninguém sabe! Não tem governo, não tem política, não tem linha, não tem orientação, não se sabe quem é quem! (Palmas.)

Nem os secretários se dão, é uma disputa de ego, um maior que o outro! Isso aqui não podia ser assim, gente! Pela primeira vez, uma Prefeitura virou a Revista Caras. Parece a Revista Caras! É uma disputa de quem tem ego e tem algum espaço para estar aqui justificando, e são muito poucos!

Eu quero dizer a vocês, sinceramente, olha, poderia estar o partido que fosse, Mauro, estaria ganhando a democracia. Poderia estar o partido que fosse, estaria ganhando a política, no sentido literal, de concepção de discussão. Eu queria que tivesse uns contra e uns a favor! Hoje, somente vejo que há muitos contra e alguns constrangidos defendendo que não tem dinheiro para isso... “É nós estamos iniciando...” Mas não tem nenhuma linha, gente! Não se sabe nem quem é o Governo! Tu não sabes nem a quem recorrer. E o rei não sai do palácio, não consegue se sentar... Olha, o funcionalismo que está aqui foi crítico e de forma íntegra, honesta ao PMDB, ao PDT, ao PT, ao PSOL, e a todos, mas vocês eram recebidos. Hoje ninguém é recebido, nem os Vereadores! Tem noção de que momento catastrófico a gente vive na política hoje em Porto Alegre? Tu não sabes nem quem é o Governo. Eu não sei dos meus colegas aqui quem é quem. Eu sei que há uns quatro ou cinco que defendem alguma coisa, mas só! Tu não sabes quem é secretário, a quem te dirigir, a quem defender. E vem por decreto! Isso é um absurdo! Eu lamento isso, não para defender um governo ou outro, eu lamento pelo momento. Eu quero ver um Vereador vir aqui com tesão – tesão! – defender o Governo. E dizer assim: “Eu bato no peito e defendo esse Governo com o coração, essa política aqui!”, mas nem os do Governo sabem que política está sendo defendida! Está todo mundo perdido, gente. Porto Alegre está sitiada. Nós poderíamos dizer que nós não temos Governo hoje e estaria resolvido. Eu, sinceramente, se tivesse

poder para fazer, obviamente que não tenho, eu chamaria eleição direta já! Para termos governo, até para ter oposição e situação, e organizar: o prefeito é esse! Porque ninguém sabe! Talvez não se saiba nem que é o Prefeito hoje em dia! Não se sabe quem é o núcleo duro, com quem se negocia... nada! Eu espero, gente, de tudo isso, sinceramente, que se saia do trono e se receba o povo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, depois da fala do Ver. Maroni, eu estava esperando que falasse alguma liderança do Governo. Mas falar, nesse caso, não resolve. O debate de ontem, eu acho que o Governo aposta, Ver. Maroni, em uma certa ideia de que a Câmara de Vereadores se limite a *parlar*. Então se fala, se fala, e não se resolve nada. Ontem, quem acompanhou o debate deve ter percebido que a maioria dos Vereadores apelava pela revogação do decreto do Governo. Pois, se a maioria dos Vereadores realmente quer a revogação do decreto do Governo, a Câmara de Vereadores tem que fazer valer a sua voz e não se limitar a um lugar contemplativo na política em Porto Alegre, e permitir que o Governo faça o que quiser. (Palmas.) Porque há duas formas de legislar, e a Câmara de Vereadores pode também apoiar o Governo não fazendo nada, Ver. Maroni. Não fazer nada, às vezes, também é uma forma de apoiar. Então se discute, os professores se mobilizam, enchem as galerias, ficam a tarde inteira escutando discursos, depois são obrigados a ir para casa e nada muda na política. Os Vereadores que se pronunciaram têm uma obrigação com a palavra empenhada, que é lutar de verdade para que o decreto discutido ontem seja, de fato, enterrado. Isso é uma luta política na qual os funcionários municipais e os professores não podem ficar sozinhos. Esse é o primeiro ponto.

Sobre o debate que a Ver.^a Fernanda Melchionna suscitou e provocou, tem muita importância. A Fernanda e o Alex fizeram um projeto simples, um projeto básico. É um projeto que diz que os salários devem ser pagos. Nós nem precisávamos ter um projeto assim! Os salários devem ser pagos, isso já é lei! O Governo, ao vetar uma ideia dessa, está tentando naturalizar o que o Governo Sartori – triste Governo Sartori – já conseguiu impor. O Governo Sartori infelizmente já conseguiu impor algumas derrotas ao CPERS-Sindicato. Eu apoio muito o CPERS-Sindicato, mas sou consciente disso. Eu acho que o CPERS-Sindicato e os funcionários públicos vão se levantar com mais força ainda. Tanto vão se levantar que o Governo Sartori está temeroso de continuar votando o seu pacote na Assembleia Legislativa, com medo de perder, mas o Governo Marchezan quer naturalizar essa ideia. Se esta ideia de não pagar em dia os salários se naturaliza, nós vamos ter uma crise no serviço público como nunca vivemos em Porto Alegre. E é isso que infelizmente o Governo está anunciando.

No debate que está posto, eu já escutei muitas vezes o Governo e o Prefeito Marchezan falarem em crise das finanças públicas. Pois bem, eu sei que o Governo tem elementos, que eles estão indicando, de cortes de cargos de confiança – eu acho ótimo. Mas tem um ponto que é estrutural na Cidade, eu apresentei um projeto sobre isso. Se a Câmara de Vereadores não debater isso, vai ser muito difícil ter algum progresso real. É preciso ter política de arrecadação – se não tem recursos, tem que arrecadar. Mas vai arrecadar de onde? Cortando de quem não tem ou arrecadando os recursos públicos dos milionários e dos muito ricos que existem em Porto Alegre? Há gente muito rica em Porto Alegre! Agora, é preciso fazer uma opção de classe. Essa opção de classe é a que eu acho que, infelizmente, o Prefeito Marchezan não quer fazer. O Líder do Governo, o Ver. Janta, está aqui. Então, eu acho que essa opção de não fazer política tributária, tributando os muito ricos, é que faz, obrigatoriamente, o Governo tratar de fazer a opção de arrochar no serviço público. É isso que nós estamos vendo. Estamos vendo uma Prefeitura paralisada em termos de serviços com o argumento de que não se tem dinheiro. Mas como? Se não tem dinheiro, vamos discutir política tributária. Eu vou ser contra aumento de imposto em cima da classe média, em cima da classe trabalhadora, mas não estou contra tributar; por exemplo, com o projeto que eu apresentei, as pessoas que têm mais de cinco imóveis durante um ano sem alugar na especulação imobiliária e não têm pagamento majorado de IPTU. Como é que nós não vamos aumentar a taxa de IPTU...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, todos os Vereadores aqui presentes, principalmente os Vereadores que não sabem quem é o Prefeito de Porto Alegre, que é o Nelson Marchezan. Há Vereadores que não sabem que eu fiquei quatro anos aqui nesse púlpito fazendo discurso de oposição. É muito bom, é maravilhoso, quatro anos fazendo discurso de oposição e aprovando projetos nesta Casa! Projetos de interesse do povo de Porto Alegre, projetos que quero ver executados, projetos que quero ver acontecer na cidade de Porto Alegre, e para isso acontecer, a gente precisa falar a verdade para a população, e a verdade é que nós temos um Município que está quebrado, está falido. Eu podia vir aqui e dar o meu discurso muito bonito, lindo e maravilhoso, mas tem que dizer a verdade para o povo: a Cidade está quebrada, a Cidade está falida, como qualquer empresa, e a Cidade tem que ser tratada como uma empresa. Está quebrada, está falida, e é por isso que estamos fazendo o que tem que fazer: primeiro, demitindo CC, revendo os contratos da Prefeitura, fazendo a lição de casa que tem que fazer, e para o Governo seria muito simples fazer algumas coisas.

O primeiro programa nacional de parcelamento de salário, por exemplo – hoje acusam os governos, que vem coisas e coisas de outros governos, acusam os atuais Governos –, surgiu onde? Ninguém fala. Surgiu no berço do sindicalismo. O primeiro programa de parcelamento de salário surgiu no ABC, surgiu pelo Vicentinho, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, hoje Deputado Federal; ele fez o primeiro programa de parcelamento de salário na Volkswagen e levou isso para todo o Brasil! Hoje existe o programa nacional de parcelamento de salário que é feito nas grandes empresas do Brasil, para os trabalhadores não serem demitidos. É muito simples fazer projeto, é maravilhoso fazer projetos, que muitas vezes cabe ao Executivo fazer, e não a nós, projetos muitas vezes que oneram mais ainda o Executivo, que criam uma casta de salários. Por exemplo, agora nós estamos protocolando um projeto, reabrindo um projeto que cria um teto na Prefeitura de Porto Alegre vinculado ao salário do Prefeito. Queremos ver essas galerias lotadas apoiando esse projeto. Quando tiver os supersalários da Prefeitura fazendo pressão aqui nos Vereadores para manter os seus salários altíssimos, nós queremos ver aqui, porque vamos ter que acabar com esses supersalários. Vamos ter que vincular o teto ao salário do Prefeito Essas lições nós estamos fazendo. Como a questão do transporte em Porto Alegre. Nós afirmamos, desde o início, que o aumento seria o aumento dado para os rodoviários. E vai ser isto: o aumento dado para os rodoviários! Nem um centavo a mais. Nós usamos, pela primeira vez na história do cálculo da tarifa, o preço do diesel da Carris, não o preço do diesel das empresas. Usamos o preço do diesel da Carris. Isso é coragem de um governo de 60 dias.

Se ninguém sabe quem é o Líder do Governo, ele está aqui, de corpo – e um bom corpo – e alma. E uma alma que vem aqui falar a verdade para o povo de Porto Alegre.

Nós pegamos uma cidade quebrada, mas que vem quebrada de vários processos, não vem quebrada somente de um governo, não; vem quebrada com uma dívida que agora nós temos que pagar de mais de 300 milhões, de só um processo errado, de precatórios; vamos ter que tirar 300 milhões da educação, da saúde, da mobilidade.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: É, mas vamos ter que tirar, tem que pagar. Já foi executado, é lei federal. Não adianta vaiar, porque tem que pagar. Se não pagar, acabou. Tem que pagar!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Demagogia foi feita quando desapropriaram o Morro do Osso num canetaço e não fizeram o que tinha que fazer. Nós não vamos fazer demagogia; nós vamos fazer o que puder ser feito para o povo de Porto Alegre na área da saúde, na área da segurança, na área da educação, da mobilidade, mas com os pés no

chão. Não vamos deixar dívidas como essa, que vamos ter que tirar do povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h24min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, eu sou autor desse substitutivo que está como o primeiro para ser votado agora, e eu queria ver com V. Exa. e com os Pares se poderia ser alterada a ordem, para que passemos, imediatamente, à discussão e votação do PLCE nº 007/16, com Veto Parcial. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Com relação ao Veto Parcial ao PLCE nº 007/16, a Emenda vetada é de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que está hospitalizado; ele fez contato comigo hoje pela manhã e solicitou que, se os Pares assim entendessem, que este projeto pudesse ser o primeiro a ser apreciado na próxima quinta-feira, quando ele há estará de volta e poderá, então, fazer a defesa da sua emenda. Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a retirada da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje do PLCE nº 007/16, com Veto Parcial. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, como ainda é tempo de requerimentos, em conversa com os trabalhadores do Sindicato dos Municipários, Associação e os colegas Vereadores, solicitamos a retirada da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje do PLCL nº 019/16, com Veto Total.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Em homenagem aos servidores que estão aqui, eu gostaria de votar hoje. Não me parece correto que eles estejam hoje aqui e tenham que voltar mais um dia para novamente acompanhar a votação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (Após a apuração nominal.)
APROVADO por 20 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1760/15 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 016/15, que altera os §§ 4º e 6º, do art. 81, da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre. (gozo de férias)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCE nº 016/15, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; senhores e senhoras, colegas, professoras, funcionárias e funcionários municipais; primeiro, Ver. Janta, não canso de me surpreender com algumas posturas. O senhor sempre se manifestou aqui como sindicalista, dirigente da Força Sindical, defensor dos rodoviários, mas vem aqui fazer um discurso dizendo que, se for preciso, vão parcelar salário. É surpreendente isso! (Palmas.) É surpreendente! Eu me pergunto se os sindicatos da sua base, da base dos que lutam, que confiam na Força Sindical, sabem desse seu discurso, sabem dessa sua convicção de que, se for preciso apertar, tira do soldo, do salário dos trabalhadores e das trabalhadoras. Eu gostaria de dizer – o tema é muito parecido – que discutimos isso na semana passada, o Secretário da Fazenda esteve aqui, eu fui uma das que apontou ao Secretário da Fazenda que tem como enxugar no custeio, por exemplo. O custeio dobrou, passou de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões, Ver. Mauro Zacher, que presta atenção no discurso. Nesses custeios estão as

terceirizações, as contratações terceirizadas, estão as parcerias ou consultorias, e nós aqui já dissemos que está assinado pelo Secretário da Educação que vai contratar consultoria para elaborar a proposta pedagógica, metas, diretrizes. Não gaste nenhum centavo com isso: há inteligência, massa crítica, formação na rede municipal de ensino. (Palmas.) O senhor sabe, o senhor coordenou engenheiros e arquitetos da SMOV, da SMURB, sabe.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu estou discutindo o meu projeto, e ele tem a ver com o funcionalismo. E não é o projeto, o projeto foi do Governo.

Eu quero encerrar esta parte, Ver. Janta, Vereadores e Vereadoras, dizendo que não precisa gastar em muitas rubricas em que o Governo gasta mal. Gasta mal porque desprestigia os funcionários. O veto que nós vamos avaliar agora... E está aí, não sou eu que digo, é o Ministério Público, é DEP, é DMLU: contratação terceirizada, e eles não cumpriram o contrato. Então, tu gastas um dinheirão, eles não limpam os bueiros, eles não fazem todas as capinas, eles não recolhem o lixo as três vezes que têm que recolher. Por quê? Porque falta funcionalismo municipal para fazer a fiscalização, planejamento, para estar realizando, projetando, planejando e realizando o serviço. Então, há um outro caminho que não é penalizar o funcionário público. Dá para reduzir em custeio, isso aí está claro.

Este projeto de lei aqui é simples, é singelo, não é questão de luta política. Eu queria apenas explicá-lo. O Governo mandou para cá a possibilidade de conceder as férias em três períodos, não apenas 15 dias ou 30, mas também em 10 dias, 10 dias e 10 dias. É isso. Qual foi a emenda que fizemos? As férias, o mesmo das férias na licença-prêmio. E por que na licença-prêmio? Porque tem se mostrado muito difícil para o gestor autorizar a fruição da licença-prêmio. Esses dias eu recebi uma professora que passou num curso para fazer especialização e pediu licença-prêmio à Secretária do ano passado ainda, e ela disse: “Não, não posso conceder a licença-prêmio. Não posso, não tenho substituto”. Então, a ideia é de que se pudesse trabalhar com três períodos também para gozar licença-prêmio, por quê? É bom para o gestor e é bom para o funcionário, para a funcionária. Se o funcionário vai fazer um curso de dez dias, é muito mais fácil dispor...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver.^a Sofia. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero, obviamente, em primeiro lugar, Presidente, agradecer ao conjunto da categoria, que ficou sabendo do veto às 11h da manhã e veio para a Câmara de Vereadores. Nós já tínhamos nos reunido em cada uma das galerias para explicar e para construir essa questão da votação na segunda-feira, nós temos vários Vereadores que estão apoiando a ideia da derrubada do veto, que é bastante importante, mas, mais do que isso, nós temos que avisar uma categoria de 20 mil trabalhadores que se tem um projeto muito importante para a categoria e que, infelizmente, foi vetado pelo Governo. Segunda-feira é dia de mobilização, de garantia do contato com as bancadas e, sobretudo, de luta, para que a gente reproduza o processo que tivemos em dezembro do ano passado quando essa legislação foi aprovada.

A emenda da Ver.^a Sofia ao Estatuto do funcionalismo público é bastante simples: permite gozar em três períodos a licença-prêmio. É uma questão que, por um lado, qualifica e garante que os municipais e as municipais possam ter essa previsão com relação à licença-prêmio, que é uma conquista da categoria, e, por outro lado, sequer tem custo para o Governo Municipal. Então eu não consigo entender a lógica de veto e da tentativa permanente de dizer que os projetos são inconstitucionais, quando, na verdade, são projetos claramente constitucionais e, muito mais do que isso, são projetos que melhoram a vida dos trabalhadores. Nós aprovamos aqui, no ano passado, o aumento da licença-paternidade, que também mexe no Estatuto do funcionalismo público, uma lei de minha autoria e de autoria do Ver. Prof. Alex, e a Câmara derrubou o veto numa construção muito firme do conjunto dos Vereadores, para que esse direito fosse conquistado pela categoria dos municipais.

Então, não tem vício de origem. Esse é o discurso esfarrapado quando o Governo quer vetar medidas meritórias que melhoram a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras! O caso da licença-prêmio não tem impacto nenhum; o caso do nosso projeto – meu e do Ver. Prof. Alex Fraga – que proíbe o parcelamento, que coloca a prioridade do salário dos servidores, também não tem impacto financeiro nenhum! O que nós queremos é a garantia daquilo que a legislação já prevê, que é pagar salário em dia, que é parar com a política de ameaças e de terrorismo ao conjunto dos direitos da categoria. A legislação prevê que as pessoas recebam os seus salários em dia; agora, em nenhum momento, o Estatuto dos Funcionários, Ver. Mauro, proíbe o parcelamento e coloca como prioridade o conjunto da categoria. Mais que isso, se o Governo usar as verbas em outras rubricas que não salário e as constitucionais, e tem como prioridade o salário, vai estar descumprindo a legislação. Isso, para nós, é importante, porque não dá para aceitar R\$ 50 bilhões de publicidade e os salários parcelados, não dá para aceitar a lógica em que as prioridades sejam prioridades para as elites. E são prioridades, muitas vezes, para os Governos dizerem na televisão que estão fazendo mil coisas muito longe da realidade, que não o conjunto dos salários dos trabalhadores.

O Líder do Governo, o Ver. Cláudio Janta, veio aqui e falou sobre os privilégios. Eu tenho muita tranquilidade, Ver. Cláudio Janta, por ter votado contra os supersalários em um momento em que a categoria estava vivendo os impactos do efeito cascata. Então, para nós, esse debate do teto não é um debate novo; nós estamos

fazendo esse debate há muito tempo. Agora, dizer que a culpa da crise das finanças é de responsabilidade dos servidores públicos municipais é um engodo. Isso, sim, é uma demagogia, porque nós sabemos que a categoria sequer tem recebido a inflação, como a lei prevê, numa parcela só; tem sido parcelada ao longo dos anos. Nós não temos o plano de carreira, como foi prometido desde 2008; nós não temos aumento real; a categoria tem tido perda de salário ao longo dos anos, embora alguns salários aumentaram, como os da Procuradoria e da Fazenda – com todo o respeito aos trabalhadores da Fazenda, eu só não entendo por que alguns trabalhadores recebem determinadas gratificações e outros não. Nós precisamos dizer que os professores também são importantes, que os trabalhadores da saúde também são importantes e, ao mesmo tempo, garantir que não haja uma política que não seja uma política isonômica de garantir direitos.

De qualquer maneira, feito esse registro, quero dizer que esse projeto não tem impacto financeiro algum, então nós não vemos sentido, Presidente, para que...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Desculpe-me, Ver.^a Fernanda, mas eu anunciei no início da Ordem do Dia que não teríamos o minuto adicional, para agilizar os trabalhos.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu acho, Ver.^a Sofia, que um dos poucos momentos em que o parlamentar tem aumentado sua capacidade de legislar é nesse. Eu estava discutindo isso com o Ver. Camozzato, esse é o momento em que o projeto de lei vem para cá, passa pelas Comissões, e nós podemos emendar. Via de regra, a nossa capacidade, pela Constituição, é muito restrita, esse tal do vício de iniciativa. E esse é um dos momentos.

Dito isso, quero também afirmar que temos que analisar caso a caso. O Governo deve ter negociado com o Simpa, imagino eu, porque a Mensagem Justificativa do Prefeito diz que isso foi fruto de uma ampla negociação, a concessão desse direito de gozar férias em dois períodos consecutivos de dez dias. Então, vem para cá uma conquista da categoria, e o pessoal, não contente com isso, bota – como chamamos na linguagem legislativa – um contrabando no processo e aumenta ainda mais um favor, entre aspas, que é estender, além da questão das férias, a questão da licença-prêmio. Sobre isso, quero fazer a seguinte reflexão. Tenho muitas discordâncias com o Governo, Ver. Janta. Acho que ontem, quando veio o Secretário aqui... Essa medida que foi imposta agora deveria ter sido imposta lá no final do ano, depois de discutida durante um ano com a comunidade escolar, com os professores. E aí, lá no final do ano, o Governo mudava o calendário, porque teve gente que se programou para

fazer curso de pós-graduação, para dar aula em outras escolas. Acho que nesse aspecto errou o Secretário Municipal, mas isso não coloca nem os professores do meu lado, nem eu do lado da oposição, porque, toda vez que eu subo aqui, eles me vão! Aí são outras questões. Por que digo isso? Porque nem eu estou falando a favor do Governo, nem isso me coloca automaticamente no lado da oposição. Via de regra, o pessoal está falando contra as terceirizadas e tudo. Mas não são trabalhadores? O pessoal que nos serve café aqui na Câmara e o pessoal que trabalha na faxina não são também trabalhadores que merecem nosso respeito e consideração? Será que todos têm que ser concursados e estatutários para serem valorizados e reconhecidos? Não! Esse é um discurso de conveniência. Aquele que é estatutário, na verdade, está engrossando as fileiras da clientela de determinados partidos políticos. E aí serve para diferenciar o pessoal!

Então eu não posso concordar com isso. Quero dizer com todo o respeito que salário é sagrado, é o justo retorno pelo nosso trabalho, acho que temos que olhar com lupa questões como mais-valia, de onde tira, se oprime ou se não oprime, até esses conceitos marxistas, que eu, via de regra, me oponho, até isso pode ser discutido. Agora, licença-prêmio, o trabalhador da iniciativa privada tem? Licença-prêmio, o terceirizado tem? Licença-prêmio, o cooperativado tem? Quando estão exigindo que nós, políticos, tenhamos salários baixíssimos – que bom –, que não tenhamos aposentadoria especial, e nós aqui na Câmara não temos, por que temos que discutir certas “ilhas”, onde todo mundo tem os direitos, esses que encham a boca, a própria Fernanda aqui falou? O pessoal da Fazenda veio, advogou seus direitos e levou, em cima de quê? Dos outros que não têm. O pessoal da PGM veio e levou seus direitos em cima de quem? Em cima daqueles que não têm. E aí vêm aqui crucificar o seu Sartori! Será que o Sartori não está pagando porque ele não quer ou por que não tem dinheiro? Aí nós vamos priorizar o salário do funcionalismo ou o repasse da comida das creches se, amanhã ou depois, faltar dinheiro, e não pudermos comprar leite para as creches municipais de Porto Alegre?!

Então, são escolhas, Ver.^a Sofia, escolhas de Sofia! Muito difíceis de serem feitas. Nós temos que pensar com muito cuidado! No momento em que se dá um favor, como este, que já é uma conquista da categoria, querer, além de pegar a mão, puxar o braço...! Não é correto! Não é justo! Então, vamos ficar com o que já se conquistou e vamos acolher o Veto Parcial, porque vejo uma excrescência na licença-prêmio, assim como vejo uma excrescência no pagamento por gratificação por produtividade, porque produtividade é obrigação! Se eu não produzir aqui, daqui a três anos eu não quero me reeleger, porque eu não mereço. Ninguém tem que estar recebendo por aquilo que é sua obrigação. Então, eu acho que estão bem lançadas as razões. É sagrado o salário de todo mundo, mas nós temos que entender que “do couro saem as correias”; se a economia, como um todo, vai mal, se atacamos a iniciativa privada, não sobrá sequer dinheiro, amanhã ou depois, para pagar o funcionalismo público. E essa pauta do excesso de direitos tem que ser pensada por nós com muita sabedoria, para não nos enganarmos. E, se é para reduzir, é para reduzir para todo mundo. Isso, sim, é a verdadeira justiça! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCE nº 016/15, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que ficou claro aqui qual é a posição do Ver. Valter Nagelstein, e não é nela que vou me basear. Eu quero apenas trazer aqui elementos daquilo que ele considera como excessos. A licença-prêmio tem um sentido de ano sabático. Todos já ouviram falar nisso, todos já ouviram falar do que significa um profissional ter necessidade de capacitação e obrigação de se capacitar. Então, a licença-prêmio tem esse sentido: a cada cinco anos um período para reciclagem. Eu acho que esse termo vocês entendem, Ver. Nedel, porque reciclagem é um termo bastante histórico e claro. É uma pena que ela não tem servido a isso, porque os gestores não têm política, Ver. Prof. Alex, para a qualificação. Esse é o debate que, inclusive, fazíamos ontem! Não dá para imaginar uma escola de qualidade em que educação é qualquer coisa – a licença-prêmio não é só da educação, que fique muito claro isso. É extremamente complexo ensinar, educar. Nós temos que entender que muitas áreas promovem o desenvolvimento do cérebro e corpo da criança, como a sociologia, a antropologia, e que várias dimensões concorrem para um processo de aprendizagem. E os professores têm pouquíssimo tempo para estudar e se quer reduzir sempre mais e mais. Isso, na educação e em outras áreas, também. Quantas novas tecnologias estão aí que nós precisamos que o funcionalismo se aproprie. Então, a intenção aqui não era nenhuma gambiarra, não é nenhum populismo, é compreender que o gestor tem muita dificuldade, sim, de esse instrumento servir para a qualificação do servidor. Ele não consegue liberar porque não consegue substituir, Ver. Dr. Goulart, no local do trabalho. Conceder 10, 10 e 10 desonera essa obrigação, ajuda na gestão, é isso, essa é a intenção. É muito ruim a gente vir aqui escutar uma degradação, uma forma depreciativa do funcionário público, porque é isso o que tem se vendido por aí, que o funcionalismo público é uma carga pesada, é um mastodonte; já ouvi muitas vezes aqui, enfim, que é inútil. Experimentem a terceirização! O resultado da fragmentação é que é um desastre! Está provado nos contratos terceirizados! O que não dá para ter é um funcionalismo desestimulado, sem formação, sem participar dos processos de gestão, porque os funcionários e as funcionárias são sujeitos de conhecimento, são autores da sua prática, têm muito a contribuir. Em todas as áreas, nós temos que convidá-los a discutir conosco: lá no DMLU, lá no DEP, lá no DMAE, quanto conhecimento científico nós temos com os nossos funcionários! Se eles são dispensados, nós dispensamos capital humano. A democracia no serviço público motiva, potencializa, e o investimento na qualificação, eu acredito muito nisso! Aqui fala alguém que já esteve em vários lugares. Eu fui sindicalista por oito anos, eu estive na gestão outros oito anos; no Parlamento, outros tantos anos. Estive em vários lugares, sei as dificuldades, mas sei o quanto um funcionário responde quando ele é respeitado, quando ele é convidado a participar da gestão, quando ele é valorizado no seu saber, quando ele tem tempo para estudar, para planejar e se sente bem. A Cidade ganha, a política pública dá um salto de qualidade.

Eu vim aqui mais para fazer essa defesa, porque esta marginalização do funcionalismo público é a mesma marginalização da política. E fora da política, fora da democracia, fora do funcionalismo valorizado é a barbárie, é a política pública ruim, sem inovação e sem qualidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste; Ver.^a Sofia, concordo com V. Exa. quando fala da marginalização, ou do funcionário público, ou da política, esse é um debate que tem que ser feito. Nós temos excelentes Vereadores, excelentes políticos, assim como temos péssimos políticos; temos bons médicos, Ver. Dr. Thiago, outros nem tanto; temos servidores públicos que fazem um excelente trabalho, assim como temos alguns que fazem o concurso e não querem muito mais trabalhar. Então, em todos os lugares, nós temos boas pessoas, más pessoas, o que nós temos é um problema cultural na sociedade que nós temos que buscar melhorar. Vossa Excelência, que é professora, sabe que a educação é o grande caminho para melhorar a sociedade, para podermos ser funcionários melhores, políticos melhores, economistas, enfim, para termos uma sociedade melhor.

O debate aqui, quando se vota a favor ou contra o projeto – no caso este, com a emenda de V. Exa. em cima de um projeto do Executivo, do então Prefeito José Fortunati –, não quer dizer que sejamos contra ou a favor do funcionário público. O debate é sobre uma emenda parlamentar ao projeto do Executivo que trata de conceder aos funcionários públicos a possibilidade de parcelar suas férias, dividindo em, no mínimo, 10 dias. Este projeto foi aprovado por esta Casa, e a Ver.^a Sofia Cavedon colocou uma emenda que acrescenta, além do parcelamento das férias, o parcelamento da licença-prêmio em duas vezes – parte que foi vetada pelo Executivo. O Prefeito diz que é inconstitucional, porque está invadindo a seara dele, a administração do Município, porque trata das férias e não deve tratar da licença-prêmio; também diz que nós, Vereadores, quando aprovamos esta emenda, estávamos querendo administrar a Cidade.

Na minha opinião, foi aprovada uma emenda diferente do objeto que estava sendo discutido; assim como a licença-prêmio, nós poderíamos ter discutido qualquer outro assunto relativo aos funcionários. Na Câmara Federal, muito se diz: “Foi colocado um jabuti junto”, e nós aprovamos. O Prefeito disse: “Opa, vocês agora estão mexendo na minha área. Quem administra a Cidade sou eu, até posso fazer isso, mas vocês estão querendo administrar a Cidade, eu não aceito”, e ele vetou. Cabe a nós derrubarmos ou não o Veto, mas temos que ter a consciência de que construímos um novo objeto em cima do projeto original.

E teria outro debate ainda que poderia ser feito junto com a sociedade, Ver. Matheus Ayres, que é a questão da licença-prêmio. Somente os funcionários públicos têm, na iniciativa privada ninguém tem. Vamos continuar? O nosso Estado ainda tem condições de dar? A Câmara Municipal vai além ainda: nós compramos a licença-prêmio, pagamos em dinheiro. O Estado ainda tem condições de bancar isso? Até quando? Por que foi feita essa licença-prêmio? Muitas vezes a gente já discutiu aqui: o Vereador ganha tanto, e o trabalhador ganha salário mínimo. Mas o trabalhador da iniciativa privada ganha salário mínimo e não tem licença-prêmio! Vamos continuar? O Estado continua tendo condições de manter? Esse é outro debate que temos que fazer, mas hoje o debate é deste objeto: vamos manter o veto ou não do jabuti que foi colocado no projeto do Prefeito na administração da Cidade? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

O SR. DR. THIAGO: Eu acho que é importante separar o joio do trigo. O Ver. Mauro Pinheiro começou essa separação muito bem, desse projeto e do outro projeto, que nós vamos discutir oportunamente em outra Sessão, com relação à questão do parcelamento.

Eu acho curioso quando a Ver.^a Sofia vem a esta tribuna e faz uma defesa importante dos servidores, que eu, modestamente, também faço, e fala contra as terceirizações, porque são um absurdo. Só que ela esqueceu que o Governo Federal na gestão dela fez a maior terceirização da história da saúde sem consultar ninguém! Trouxe pessoas para cá sem diploma, supostos médicos, prejudicando a saúde da população, sem conversar com ninguém! Aí não conversou com categoria nenhuma: não conversou com os médicos, não conversou com os cirurgiões, não conversou com os clínicos, piorando a saúde das pessoas, trazendo esses profissionais – quase morrendo de fome alguns – para garantir os votos. Trouxe de Cuba para garantir os votos! Tanto que, no Rio Grande do Sul, a Cidade que mais recebeu médicos desse programa “maus médicos” foi a cidade de Porto Alegre! Não foi Alegrete, que precisava; não foi a sua Bagé, Ver. Cassiá, que precisava; não foi São Borja, nenhuma cidade da fronteira... Trouxe para onde estavam os votos. Então não vou falar mal das terceirizações, quando a senhora, em outro momento, as defendeu, defendeu o “maus médicos”, falou desta tribuna, e que claramente tem piorado os índices de saúde deste País.

Com relação ao projeto, Ver.^a Sofia, concordo integralmente com o Ver. Mauro Pinheiro, a mudança do objeto caracteriza o vício de iniciativa, claramente. Essa é uma ação de gestão. Eu acho que a senhora teria muito mais êxito se fizesse um Indicativo – instrumento que esta Casa criou –, para indicar ao Executivo um caminho. Aí, sim, seria mais palatável, mas não um projeto de lei, até porque a senhora foi Presidente, assim como este Vereador e o Ver. Mauro Pinheiro. Eu não aceitaria, pelo

princípio da independência dos Poderes, que o Prefeito determinasse como seriam as férias e licenças-prêmio na Câmara Municipal de Porto Alegre. Por isso, Ver. Sofia, este projeto, caracteristicamente, é diferente do outro. Não dá para botar tudo no mesmo saco de gatos, cada projeto é diferente. E aqui não podemos misturar melancia com abacaxi. Tratou de férias o projeto original, e o que a senhora traz aqui é a questão da licença-prêmio, que acreditamos ser muito meritória, que talvez seja uma boa ideia, mas deve ser implementada pelo Executivo – é dele a gestão dos servidores públicos municipais. Por isso, votaremos pela manutenção do veto neste projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, essa emenda da Ver.^a Sofia Cavedon evidentemente tem méritos que leva vantagens às suas colegas professoras e a outros funcionários públicos, mas, para quem não sabe, a Ver.^a Sofia foi Secretária de Educação, foi gestora, sabe bem o que é dar férias e licença-prêmio também, ela sabe que isso vai dar problema de gestão. Sim, vai dar problema de gestão, se isso é parcelado, mas, mesmo assim, ela quis favorecer os seus colegas, porque ela também é professora municipal. Apesar do mérito, essa emenda é totalmente ilegal. Ela sabe que os projetos que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores constituem matéria de competência privativa do Prefeito, conforme dispõe a Lei Orgânica, no seu art. 94. A Lei Orgânica... A Ver.^a Sofia Cavedon já tem quatro ou cinco mandatos...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Exatamente, a senhora conhece bem a Lei Orgânica e, por isso, a fere. Qual é a sua intenção, Vereadora, ferindo a Lei Orgânica? São somente vantagens? Ou são vantagens políticas para a senhora? Não acredito que a senhora tenha feito isso. Portanto, ela fere a independência dos Poderes. Vereador-Presidente, eu já coloquei a necessidade de esta Casa aprovar os precedentes legislativos; nós temos que aprovar isso porque nós votamos projetos ilegais, inconstitucionais. Nós ficamos aqui já há horas e não votamos nada!

Fugindo um pouco do meu objeto, a transferência do projeto da Ver.^a Fernanda Melchionna... Acho, Ver.^a Fernanda, que segunda-feira, dia 6, vão iniciar as aulas, eu tenho certeza de que a senhora não quer prejudicar a educação do Município, trazendo as professoras para cá. Mas eu ia a lembrar disso, porque, se nós votarmos segunda-feira, se vier alguma professora, ela não dará aula, e isso é falta contra a educação. É um crime faltar com a educação das nossas crianças. Só queria deixar claro que, mesmo assim, votei favoravelmente, porque não acredito que a Vereadora tenha feito isso para trazer professoras para prejudicar a educação de nossas crianças.

Portanto, senhoras e senhores, eu apelo para a manutenção do veto somente desta emenda ilegal e inconstitucional que fere a independência dos Poderes.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/15, com Veto Parcial.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente, venho aqui em nome da nossa Bancada, primeiro, porque é sempre importante fazermos os encaminhamentos para que os painéis não sejam fotografados e as coisas não passem lá para rua de uma forma errônea. Falam que os Vereadores são contra os municipais, são contra as professoras, e não é bem assim. Quero dizer que discordo da Ver.^a Sofia quando ela diz que o funcionalismo é marginalizado. É marginalizado aquele que não quer trabalhar. Nós estamos vivendo um sentimentalismo tóxico, de sempre dizer que a culpa é do outro, dizer que priorizamos a emoção em vez da razão. Então vemos muitas pessoas nas galerias vaiando, batendo palmas, mas de acordo com a emoção. Se aqui na Bancada tem um Vereador que lhes agrada, batem palma; se alguém vem dialogar e falar algo contrário ao que a galeria está pensando, é vaiado, e, muitas vezes, os Vereadores não conseguem nem conversar e passar a sua intenção, o seu pensamento para ter diálogo, que é exatamente o que as pessoas vêm aqui pedir.

Ontem tivemos, infelizmente, que ver uma dita professora – quero acreditar que não tenha sido uma professora – cuspir no plenário em desrespeito ao nosso colega Ver. Valter. Acredito que não tenha sido uma professora, eu não deixaria o meu filho por cinco minutos na mão dela. Aqui neste plenário não podemos aceitar falta de educação, Presidente. Esse sentimentalismo tóxico, de que eu estava falando, é quando sempre são culpadas as empresas e os governos, e sempre são vítimas os empregados e o funcionalismo. Ou seja, é muito mais fácil colocarmos a culpa no outro do que em nós mesmos. Na Brigada Militar vemos muito isso. Quando um carro é parado, dizemos o quê? “Ah, multaram o meu carro!” Mas não dizemos que aquele proprietário estava com o IPVA vencido, que aquele proprietário estava rodando com um carro de forma errada. Não, a culpa é da Brigada Militar. E aqui também se fala muitas vezes que a culpa sempre é do Governo ou que é dos empresários. Gente, vamos parar com esse sentimentalismo tóxico, que faz com que hoje, na segurança, não exista o criminoso. Por quê? Porque a culpa é da sociedade, que não deu chance...!

Então, também venho dizer aos professores que a culpa não é do Governo. Foi muito bem encaminhada a divisão do mês de férias, e não da licença-prêmio. Sofia, encontrei um ponto em comum entre nós: somos coxinhas, eu e tu, nós duas temos filhos na escola particular. Os professores do Colégio Anchieta e do Colégio João Paulo, com certeza, não têm licença-prêmio. Então, vamos ter sensatez. Vamos ter coerência no encaminhamento das demandas aqui trazidas.

Outra coisa, é engraçado que, aqui na Câmara de Vereadores, os Vereadores do PT e do PSOL batem palmas e aplaudem o funcionalismo, em discordância com o

peçoal da Assembleia Legislativa dos seus próprios partidos, porque lá votaram contra o funcionalismo, dizendo “não” ao duodécimo. Não entendo! São dois pesos e duas medidas? Vamos ser coerentes com as nossas falas. Vamos levar as coisas a sério. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal o PLCE nº 016/15, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 06 votos **SIM** e 24 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0586/15 – VETO TOTAL ao PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que cria e declara como Área Especial de Interesse Institucional a Subunidade 14 da Unidade de Estruturação Urbana – UEU – 52 da Macrozona – MZ – 01, constituída pelo terreno localizado na Avenida Praia de Belas, 560, ocupado pela Grande Loja do Rio Grande do Sul, define-lhe regime urbanístico e subtrai essa área da Subunidade 12 da UEU 52 da MZ 01.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Rodrigo Maroni: pela rejeição do Veto Total;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela rejeição do Veto Total;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela manutenção do Veto Total.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMAP – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMAP.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- Trigesimo dia: 02-03-17 (quinta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCL nº 007/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 007/15, com Veto Total.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu quero só saudar a presença do Marcelo Beltran, que está aqui, que estava nos ajudando, ao PMDB e ao nosso ex-Vice-Prefeito Sebastião Melo, na construção do nosso plano de Governo. O Marcelo é um intelectual brilhante, ajudou-os muito e continua ajudando. Então, quero fazer o registro da sua presença aqui. Estou fazendo um esforço muito grande aqui no plenário para integrá-lo, brevemente, ao nosso time.

Sr. Presidente, pedi para falar sobre esse processo porque eu era Secretário de Urbanismo quando esse assunto começou, tem a ver com a nossa Maçonaria também. E quero me dirigir aqui também aos fraternos irmãos, porque parece que quem olha isso está fazendo um desfavor à Maçonaria, e não tem nada disso. Na Av. Praia de Belas, ao lado do prédio do Grande Oriente, que é um templo maçônico, começou-se uma obra para a construção de um novo templo, de novas lojas ali. E o Plano Diretor determina que o limite de altura ali é de quatro andares. O próprio regimento maçônico determina que, se está lá, é para construção de virtudes e masmorras aos vícios; se está lá, é para fazer coisas boas; se está lá, é para isso, e um dos mandamentos é não fazer coisas erradas, é não descumprir a lei. E aí o pessoal foi lá me perguntar sobre o que podiam fazer, porque eles tinham construído dois andares a mais. Eu disse: “Não podem fazer nada, têm que desmanchar os dois andares”, e a obra tinha sido embargada pela nossa gestão e continua embargada. Aí me procura o Ver. Márcio Bins Ely com uma série de outros irmãos, nós conversamos, eu tive que dar essa orientação infelizmente, e não se conseguiu avançar nisso.

Eu propus que se fizesse um projeto de lei, que aqui está, para consagrar aquilo que foi dado já, porque há um precedente aqui em Porto Alegre para o Hospital Mãe de Deus e para outros na época da Copa do Mundo, quando houve uma excepcionalização de regime urbanístico para fins de regularizar isso. Mas, também, não se podia fazer isso como favor, porque, senão, nós vamos começar a abrir favor para esse, favor para aquele, favor para aquele outro, e, pela porteira que passa um boi, passa uma boiada, todo o mundo vai ter direito a gozar a mesma coisa do discurso anterior aqui. É a mesma coisa, é o princípio da coerência para mim; acho que, se tem que ter licença-prêmio para funcionário público, tem que ter para todo mundo ou, então, não tem que ter para ninguém. Aqui, se vai ter favor fiscal para um, tem que ter para todo mundo ou não ter para ninguém. E o Ver. Idenir Cecchim corrigiu o projeto na medida em que ele apresentou uma emenda determinado que é possível reconhecer o regime especial, que é possível a regularização mediante a compra de índice construtivo. E o índice construtivo é o que tenho sustentado há tanto tempo aqui – quero me dirigir para esquerda, para extrema esquerda –, é uma das melhores ferramentas para evitar gentrificação, para evitar o que às vezes se fala, de que a construção civil vai expulsando as pessoas mais pobres para fora dos centros urbanos. Porque a ferramenta do solo criado determina que 80% do valor auferido com a venda do solo criado seja reaplicado em habitação popular. Eu tenho dito que isso está errado, tem que ser 50% e 50%: 50% em infraestrutura urbana, escola, rua, posto de saúde e 50% em habitação popular. Então, esta emenda corrigiu esta questão aqui.

Eu vi que também, depois, uma série de outros Vereadores agregaram aqui uma série de outros beneficiários. Tudo bem se os outros beneficiários também pagarem o mesmo valor do solo criado, e aí se estabelece esta justiça. Se todo o mundo quiser construir a mais, todo o mundo paga. E aí este dinheiro que é pago vem para os cofres públicos, e nós vamos poder fazer creche, vamos poder fazer hospital, vamos poder pagar funcionalismo público e poder tirar do privado aquilo que o privado pode dar, que é a sua riqueza distribuída em favor de uma maior justiça social. Era isso o que eu queria dizer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 007/15, com Veto Total.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero me manifestar em relação a este veto. Como ex-Secretário de Obras, preocupa-me muito este tipo de projeto, Ver. Oliboni. Nós não podemos abrir precedente isolado, independente de que entidade for, até porque, na exposição de motivos, fala-se da entidade. Eu conheço a obra. Se não me engano, ela está embargada. Então, não vamos, agora, resolver um problema de técnicos que embargaram, baseados em laudos, e fazer uma lei para resolver esta questão e aí aproveitar algumas outras emendas para também contemplar outros na Cidade. Muito cuidado, Vereadores; nós temos que ter muito cuidado. Aí, entra esta Casa, com toda a sua legitimidade, através dos Vereadores, porque nós não podemos abrir precedentes. Inclusive, sou sabedor de que os próprios técnicos da SMURB são contra esta lei. O Vereador que propõe não está presente hoje, ou seja, ele não está tão interessado, e ele foi Secretário da SMURB. Automaticamente, os técnicos deviam ter dito para ele: “Secretário, não pode”. Mas, aí, ele se investiu de toda a capacidade de Vereador, veio para cá e fez um projeto. Não conseguiu convencer o Prefeito, que, inclusive, é do seu partido, porque não havia viabilidade. Os técnicos não deixavam. Então, muito cuidado, este é um projeto muito importante para esta Casa. Aí já não se trata tanto até da inconstitucionalidade, que pode existir. A Prefeitura tem as suas atribuições como Poder Executivo, mas daí entram outras implicações também de um vício que pode se tornar evidente na situação de Porto Alegre. Aquela obra é entranhada dentro de um prédio, eu conheço. Nada contra a Maçonaria, que é uma entidade que não temos nada a contestar, Ver. Cláudio Janta. A obra, como foi feita, entranhada dentro de um prédio, só poderia ser embargada naquelas circunstâncias.

Então, parece-me que este é um veto corretíssimo que nós temos que aplicar, para não deixar qualquer dúvida em relação à construção civil em Porto Alegre. Há técnicos, há secretarias, há índices. Inclusive, de acordo com a fundamentação proferida no veto, o Prefeito entende da necessidade de Estudo Prévio de Impacto Urbano. Qualquer prefeito faria a mesma coisa, independente de Partido. Então, o meu voto é a favor do veto, porque esse é um precedente que esta Casa não pode abrir. O

Plano Diretor é irretocável. A não ser que haja, através do técnico, uma audiência pública – que não houve, Ver.^a Sofia Cavedon. Tudo isso tem que ser analisado. Este é o meu voto, esse é o meu parecer.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o PLCL nº 007/15, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/15, com Veto Total, como autor.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, realmente o projeto inicial do Ver. Márcio Bins Ely teve um Substitutivo quando passou pela CEFOR. Eu apresentei o Substitutivo para corrigir e para fazer justiça; quem me chamou a atenção para o fato de que o projeto poderia ser aprovado foi o Ver. Adeli Sell, que disse que, se há índices vendidos para construtoras, Ver. Cassiá Carpes – V. Exa. sabe, na época V. Exa. era Secretário, e muitas construtoras compraram índices, V. Exa. liberou –, então nós queremos fazer isso, dar igualdade, não importando se for uma construtora ou se for uma entidade. Comprando e pagando, qual é a diferença? Por que a construtora pode e a igreja não pode, se pagam com o mesmo dinheiro? O Ver. Valter foi muito feliz aqui, quando explicou, desde o início, o que estava errado. Se a obra estiver travada e pagar, é para isso que ela está embargada? Se não pagar, não vai ser desembargada! Tem que pagar o índice!

O Ver. Cláudio Janta, por exemplo, acrescentou a Igreja Nossa Senhora do Trabalho, que é a igreja que faz a maior romaria no Dia do Trabalho, com a participação dos trabalhadores. E a benção dada lá é com a Carteira do Trabalho na mão pedindo à Nossa Senhora que proteja o trabalhador. E por que se colocou a Nossa Senhora do Trabalho? É Área Especial de Interesse Institucional, só isso. Clube Comercial Sarandi? Área Especial de Interesse Institucional. Sociedade Libanesa, Ver.^a Fernanda, aqueles nossos palestinos que frequentam a Sociedade Libanesa? Área Especial de Interesse Institucional. E há mais algumas outras. Em qualquer um desses, se porventura construir um metro a mais do permitido, tem que comprar e pagar o índice. É igual para todos, apenas isso. O meu substitutivo foi para legalizar, moralizar e cobrar igual para todos, seja construtora, seja igreja, seja Vereador, seja quem quer que seja. Se construiu a mais e usar o solo criado, vai no balcão compra e paga, aí será liberado. Era só. Não precisam muitos argumentos, meus amigos, meus caros colegas Vereadores, isso é uma coisa para moralizar, legalizar e fazer com que todos sejam iguais, inclusive para construir na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/15, com Veto Total, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Presidente Valter Nagelstein, Ver. Idenir Cecchim, autor deste projeto, eu acho que, no final no ano passado, se não me falha a memória, nós votamos, aqui nesta Casa, um projeto da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas sobre várias AEIS. E tivemos de rediscutir, depois, esses projetos porque não tínhamos feito audiências públicas. Acho que o veto que é encaminhado aqui... É necessário fazer as audiências públicas. O Ver. Cecchim falou aqui da Igreja Nossa Senhora do Trabalho, do Clube Comercial Sarandi; não são só as duas potências da Maçonaria, não está se falando aqui de caça aos maçons, não é nada disso, não é caça às igrejas, mas há um erro aí: nós não fizemos audiência pública. E determina-se que tem de ser feita a audiência pública. Se nós queremos, de fato, fazer essa justiça, legalizar essas áreas, é necessário legalizar a área da Nossa Senhora do Trabalho, da Santa Rita, da São Jorge; se é necessário legalizar várias áreas que se encontram dentro desse projeto e outras áreas, acho que temos de fazer corretamente.

Esse projeto entrou errado aqui na Câmara, e V. Exa tentou acertar e corrigir ele, mas estão faltando as audiências públicas. É necessário fazer audiências públicas, nós tivemos esse processo das AEIS aqui na Câmara de Vereadores, que foi um grande avanço, uma grande vitória, e foi mandado que fizéssemos as audiências públicas. Temos outros vetos para áreas de interesse, e tivemos que fazer as audiências públicas. Então, por isso nós encaminhamos para manter o veto a este projeto em nome do Governo, pedindo a todos que acompanhem na manutenção do veto. Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Quero fazer um registro. Assim como o Ver. Dib nos acompanha sempre aqui, recebo uma mensagem, informando que o Ver. Reginaldo Pujol está nos acompanhando pela TV Câmara. Então, tenho certeza de que falo em nome de todos, mando um abraço para ele, desejando a mais pronta recuperação para o nosso querido decano da Câmara de Vereadores. Peço à bancada do Democratas que transmita o registro pessoalmente.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 007/15, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Nós queremos aqui, diferente das outras razões do veto... Acho que aqui, em relação ao veto que o Prefeito encaminha, as suas justificativas são justificativas muito plausíveis, Ver. Janta, muito corretas. Há uma densificação, há aqui uma ausência de estudos técnicos do impacto urbano, há uma ausência das audiências públicas. E eu quero aqui elogiar, porque nós discordamos de outros vetos, e quero falar com vocês, com cada um dos Vereadores e Vereadoras. O

Ver. Airto dizia: “O perigo aqui de virmos à tribuna e dizer que não pode, não pode, não pode...”, isso é do Prefeito, Ver. Mauro Pinheiro? Isso restringe demais um Parlamento que tem uma pluralidade, uma representação da diferença, da pluralidade, da proporcionalidade. Nós entendemos que há que se fundamentar os vetos em cima de razões técnicas, e não da mera prerrogativa do Prefeito. É o Prefeito, é o Prefeito, senão, daqui a pouco, a Cidade estará responsabilizando a Câmara. A Câmara se omite. A Câmara se omite, Dr. Thiago.

Eu não gosto desse discurso, nós estamos aqui há muito tempo alargando esse espaço da democracia que é a do Parlamento. Então, queria apenas dizer que, neste caso do veto, as razões que, provavelmente, nós vimos e falamos na tribuna à época estão aqui colocadas. Não são só prerrogativas do Prefeito, aliás, nem está colocado como prerrogativa. Falta estudo técnico, tem impacto que não está medido, tem alteração de Plano Diretor sem discussão, sem audiência pública. Está muito bem fundamentado, pode ferir interesse público, quero elogiar aqui a fala aqui do Ver. Cassiá Carpes, elogiar uma fala muito consistente e dizer que, por isso, acompanhamos o Veto do Sr. Prefeito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal o PLCL nº 007/15, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Um voto **SIM** e 13 votos **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 17h39min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1118/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui arts. 191-A e 191-B na Lei Complementar nº 284 – de 27 de outubro de 1992 – que institui o Código de Edificações de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, obrigando, em lotes edificadas ou não edificadas, com área impermeabilizada superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), a implantação de sistema para captação e retenção de águas pluviais coletadas por telhados, coberturas, terraços e pavimentos descobertos.

PROC. Nº 0398/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 003/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui inc. V no *caput* do art. 33 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975 – que institui posturas para o Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, incluindo os casos comprovados de ações vexatórias, de violência, de preconceito ou de discriminação motivadas por gênero, orientação sexual, raça, opção religiosa, partidária ou ideológica, nacionalidade ou condição social praticadas por proprietários ou funcionários efetivos ou terceirizados do estabelecimento no rol de situações nas quais a licença de localização deverá ser cancelada.

PROC. Nº 1917/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 191/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Semana da Economia Solidária no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira semana do mês de dezembro.

PROC. Nº 1964/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 197/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que determina a substituição dos controladores eletrônicos de velocidade – pardais – instalados nas vias públicas do Município de Porto Alegre por redutores eletrônicos de velocidade – lombadas eletrônicas.

PROC. Nº 1965/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 198/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que determina a divulgação dos locais em que será realizada *blitz* pela Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC – com antecedência de 24h (vinte e quatro horas) em seu *site* institucional.

PROC. Nº 2020/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/16, de autoria da Ver^a Fernanda Melchionna e outro, que institui o Programa Família Acolhedora no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2617/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 267/16, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Exu Rei Seu Sete da Lira no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de agosto.

PROC. Nº 0396/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Abrahão Melnick o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Mil e Trinta e Três, localizado no Bairro Rio Branco.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2801/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 286/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Irmão Antônio Cecchin o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil, Setecentos e Noventa e Sete, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 0608/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/17, de autoria da Mesa Diretora, que altera o § 3º do art. 219 da Resolução nº 1.178, de 16 de julho de 1992 – Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre –, e alterações posteriores, dispondo sobre convocação de suplente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Não há quem queira discutir a Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h40min.)

* * * * *